

Secretaria de Estado de Educação e Esporte

SEE-AC

Professor P2 - Educação Física

Edital Nº 001 SGA/SEE, de 05 de Dezembro de 2018

DZ018-2018

DADOS DA OBRA

Título da obra: Secretaria de Estado de Educação e Esporte - SEE-AC

Cargo: Professor P2 - Educação Física

(Baseado no Edital N° 001 SGA/SEE, de 05 de Dezembro de 2018)

- Legislação Básica da Educação
 - Língua Portuguesa
- Temas Educacionais e Pedagógicos
 - História do Acre
 - Geografia do Acre
- Conhecimentos Específicos

Gestão de Conteúdos

Emanuela Amaral de Souza

Diagramação/ Editoração Eletrônica

Elaine Cristina

Ana Luiza Cesário

Thais Regis

Produção Editorial

Leandro Filho

Capa

Joel Ferreira dos Santos

APRESENTAÇÃO

PARABÉNS! ESTE É O PASSAPORTE PARA SUA APROVAÇÃO.

A Nova Concursos tem um único propósito: mudar a vida das pessoas.

Vamos ajudar você a alcançar o tão desejado cargo público.

Nossos livros são elaborados por professores que atuam na área de Concursos Públicos. Assim a matéria é organizada de forma que otimize o tempo do candidato. Afinal corremos contra o tempo, por isso a preparação é muito importante.

Aproveitando, convidamos você para conhecer nossa linha de produtos "Cursos online", conteúdos preparatórios e por edital, ministrados pelos melhores professores do mercado.

Estar à frente é nosso objetivo, sempre.

Contamos com índice de aprovação de 87%*.

O que nos motiva é a busca da excelência. Aumentar este índice é nossa meta.

Acesse **www.novaconcursos.com.br** e conheça todos os nossos produtos.

Oferecemos uma solução completa com foco na sua aprovação, como: apostilas, livros, cursos online, questões comentadas e treinamentos com simulados online.

Desejamos-lhe muito sucesso nesta nova etapa da sua vida!

Obrigado e bons estudos!

*Índice de aprovação baseado em ferramentas internas de medição.

CURSO ONLINE



PASSO 1

Acesse:
www.novaconcursos.com.br/passaporte



PASSO 2

Digite o código do produto no campo indicado no site.

O código encontra-se no verso da capa da apostila.

*Utilize sempre os 8 primeiros dígitos.

Ex: FV054-18



PASSO 3

Pronto!
Você já pode acessar os conteúdos online.

SUMÁRIO

Legislação Básica da Educação

Lei Federal nº 9.394/1996 e suas alterações (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).	01
Lei Federal nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).	18
Constituição da República Federativa do Brasil (Art. 205 a 214).	71
Lei Federal 10.639/2003 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira").	72
Lei Federal nº 11.645 de 08/03/2008 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.").	73
Lei Federal 9.795/1999 (institui a Política Nacional de Educação Ambiental).	73
Lei Federal nº 11.274/2006 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.).	76
Resolução nº 4/CNE de 02/10/2009 – Institui as diretrizes para atendimento da Educação Especial.	76
Resolução nº 3/CNE 15/06/2010 Institui as diretrizes para atendimento da EJA.	78
Resolução nº 02/CNE, de 03/04/2002 Diretrizes Educacionais para Educação do Campo.....	80

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados (tipologia textual; identificação de informações implícitas; identificação do tema e da tese de um texto; diferenciação das partes principais das secundárias em um texto; relações lógico-discursivas; comparação entre textos; relações entre imagens [fotos, ilustrações], gráficos, tabelas, infográficos e o corpo de um texto; distinção entre fato e opinião; reconhecimento de estratégias argumentativas; reconhecimento de posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou ao mesmo tema; relações entre a tese e os argumentos oferecidos para sustentá-la).	01
2. Domínio da ortografia oficial (emprego das letras; emprego da acentuação gráfica).	16
3. Domínio dos mecanismos de coesão textual (emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual; emprego/correlação de tempos e modos verbais).	23
4. Domínio da estrutura morfosintática do período (relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; relações de subordinação entre orações e entre termos da oração; emprego dos sinais de pontuação; concordância verbal e nominal; regência verbal e nominal; emprego do sinal indicativo de crase; colocação pronominal).	25
5. Reescrita de frases e parágrafos do texto (substituição de palavras ou de trechos de textos).	98

Temas Educacionais e Pedagógicos

1. A didática e o processo de ensino e aprendizagem.	01
1.1 Organização do processo didático: planejamento, estratégias, metodologias, avaliação, organização da rotina anual, semestral e diário.	01
1.2 A sala de aula como espaço de aprendizagem e interação.	01
1.3 A didática como fundamento epistemológico do fazer docente.	01
1.4 Contrato Didático. 1.5 Relação professor aluno.	01
2. Principais teorias da aprendizagem: Inatismo, comportamentalismo, behaviorismo, interacionismo, cognitivismo.	25
2.1 As bases empíricas, metodológicas e epistemológicas das diversas teorias de aprendizagem.	25
2.2 Contribuições de Piaget, Vygotsky e Wallon para a psicologia e pedagogia.	25
2.3 Teoria das inteligências múltiplas de Gardner.	25
2.4 Temas contemporâneos: bullying, o papel da escola, a escolha da profissão, transtornos alimentares na adolescência, família, escolhas sexuais.	25
3 Currículo: Propósitos da Educação Básica; Objetivos Educacionais; Conteúdos: procedimentais, atitudinais, conceituais e factuais;	47
Atividade de ensino e de aprendizagem; Avaliação como ato de investigar e intervir nos resultados de aprendizagem dos alunos; Acesso, permanência e sucesso do aluno na escola;	60
Gestão da aprendizagem.	69
5 O Professor: formação e profissão; A pesquisa na prática docente; A dimensão ética da profissão.	72

SUMÁRIO

6 Educação Integral e de tempo integral.	85
7. Escola comum inclusiva. Aprendizagem significativa; Agrupamentos produtivos e circulação dos conhecimentos; Recursos didáticos; Planejamento voltado para o desenvolvimento das capacidades dos alunos; O Projeto Pedagógico e o trabalho coletivo; O Currículo centrado nas expectativas de aprendizagem; Organizadores de situações de aprendizagem (competências e habilidades que os alunos deverão constituir; conteúdos curriculares selecionados; atividades do aluno e do professor; avaliação e apoio pedagógico); A organização do tempo em sala de aula considerando a diversidade dos alunos, os objetivos das atividades propostas e as características dos próprios conteúdos; Estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem como norteadoras do planejamento de propostas de intervenção pedagógica, considerando o desenvolvimento de diferentes capacidades dos alunos; O registro como ferramenta imprescindível para o planejamento da ação educativa; O respeito às diversas crenças e opções políticas dos membros da equipe escolar e das famílias, como condição para o fortalecimento da instituição enquanto equipamento público, laico, democrático e de qualidade.....	88

História do Acre

1. O processo de ocupação das terras acreanas, a ocupação indígena, a imigração nordestina e a produção da borracha, a insurreição acreana e anexação do Acre ao Brasil. A chegada dos "paulistas" nas terras acreanas a partir dos anos 70 do século passado: êxodo rural, conflitos pela terra e invasões do espaço urbano.	01
2. A evolução política do Acre: Território a Estado. Acre: desafios para um futuro sustentável.....	11
3. Trabalhos e produção nas diferentes nações indígenas, uso e posse da terra dos indígenas da Amazônia no auge do ciclo da borracha, ocupação e utilização da terra, ocupação e disputa pela terra entre povos indígenas e grupos de interesse socioeconômico e atividades econômicas mais relevantes no estudo da história da Amazônia e do Acre....	12

Geografia do Acre

1. Aspectos geográficos e ecológicos da Amazônia e do Acre. Formação econômica do Acre. Processo de anexação do Acre ao Brasil: tratados e limites.....	01
2. Municípios e populações do Acre: população e localização. Nova configuração do mapa. Microrregiões. Atuais municípios.....	10
3. Relevô, vegetação, clima, solo, hidrografia, fluxo migratório, extrativismo e Zoneamento Ecológico do Acre. A paisagem local e sua relação com outras paisagens (semelhanças e diferenças, permanências e transformações).	14
4. Linguagem cartográfica: leitura de mapas.	25
5. Modos de vida no campo e na cidade.	33
6. Papel da tecnologia na configuração de paisagens urbanas e rurais e na estruturação da vida em sociedade.	40
7. Apropriação e transformação da natureza. Preservação e cuidados com o meio: como o homem usa a natureza e constrói o seu espaço; o processo industrial e suas relações no município, no estado e no país.	48

Conhecimentos Específicos

1. Abordagens pedagógicas dos conteúdos e competências de Educação Física de acordo com as Orientações Curriculares do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.	01
2. Histórico da Educação Física, Educação Física contemporânea, Educação Física atual (crítica e transformadora).....	10
3. Os aspectos específicos das atividades corporais.	14
4. Os mitos da Educação Física.	21
5. Corpo e a ludicidade.	23
6. Os conteúdos da Educação Física: Conhecimentos sobre o corpo; Esportes, jogos, lutas, ginásticas; Atividades rítmicas e expressivas (abordagem teórica e prática).	28
7. Aspectos do desenvolvimento humano, motor, cognitivo, social, afetivo.	32
8. Atividades rítmicas e expressivas, Danças (populares, folclóricas, contemporâneas).	36
9. Análise crítica do corpo na sociedade.	42
10. Educação e Trabalho.	50

SUMÁRIO

11. Consciência corporal e o consumo corporal.	54
12. Educação Física no Ensino Fundamental: critérios de organização do conhecimento pedagógico, objetivos, conteúdos, metodologias de ensino, avaliação.	57
13 Educação Física no Ensino Médio: critérios de organização do conhecimento pedagógico, objetivos, conteúdos, metodologias de ensino, avaliação.	65
14 Legislação relativa à Educação Física: BRASIL (1988, 1996, 1997, 1998a, 1998b, 2006); ACRE (2004, 2010).	80
15 As dimensões dos conteúdos na Educação Física (conceitual, procedimental, atitudinal e factual).	82
16 Métodos criativos de ensino na Educação Física.	82
17. Temas transversais na Educação Física: Ética; Pluralidade cultural; Meio Ambiente; Trabalho e consumo; Orientação sexual; Saúde.	84
18. Avaliação em Educação Física: Por que avaliar? Como avaliar? O que avaliar? Quando avaliar?	92
19. Estratégia de leitura e escrita em Educação Física: Usos de estratégias para formação de alunos leitores e escritores em Educação Física: inferências, comparações, localização de informações explícitas, identificação da tese e do tema, distinção de um fato e da opinião relativa a este fato, estabelecimento de relação entre tese e argumentos, reconhecimento de posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato, diferenciação das partes principais das secundárias de um texto, interpretação de textos com auxílio de material gráfico diverso.....	106

LEGISLAÇÃO BÁSICA DA EDUCAÇÃO

Lei Federal nº 9.394/1996 e suas alterações (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).	01
Lei Federal nº 8.069/1990 e suas alterações (Estatuto da Criança e do Adolescente).	18
Constituição da República Federativa do Brasil (Art. 205 a 214).	71
Lei Federal 10.639/2003 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira").	72
Lei Federal nº 11.645 de 08/03/2008 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.").	73
Lei Federal 9.795/1999 (institui a Política Nacional de Educação Ambiental).	73
Lei Federal nº 11.274/2006 (estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.).	76
Resolução nº 4/CNE de 02/10/2009 – Institui as diretrizes para atendimento da Educação Especial.	76
Resolução nº 3/CNE 15/06/2010 Institui as diretrizes para atendimento da EJA.	78
Resolução nº 02/CNE, de 03/04/2002 Diretrizes Educacionais para Educação do Campo.....	80

**LEI FEDERAL Nº 9.394/1996 E SUAS
ALTERAÇÕES (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA
EDUCAÇÃO NACIONAL)**

A lei estudada neste tópico, provavelmente a mais relevante deste edital, tanto que é repetida em dois outros tópicos, “estabelece as **diretrizes e bases da educação nacional**”. Data de 20 de dezembro de 2016, tendo sido promulgada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, mas já passou por inúmeras alterações desde então. Partamos para o comentário em bloco de seus dispositivos:

**TÍTULO I
Da Educação**

Art. 1º A educação abrange os **processos formativos** que se desenvolvem na **vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.**

§ 1º Esta Lei disciplina a **educação escolar**, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao **mundo do trabalho e à prática social.**

O primeiro artigo da LDB estabelece que a educação é um processo que não se dá exclusivamente nas escolas. Trata-se da clássica distinção entre educação formal e não formal ou informal: “A educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados; a informal como aquela que os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização - na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e cultura própria, de pertencimento e sentimentos herdados; e a educação não formal é aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas”¹. A LDB disciplina apenas a educação escolar, ou seja, a **educação formal**, que não exclui o papel das famílias e das comunidades na educação informal.

**TÍTULO II
Dos Princípios e Fins da Educação Nacional**

Art. 2º A educação, **dever da família e do Estado**, inspirada nos princípios de **liberdade e nos ideais de solidariedade humana**, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes **princípios**:

¹ GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaio: **aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

I - *igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*

II - *liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;*

III - *pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;*

IV - *respeito à liberdade e apreço à tolerância;*

V - *coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;*

VI - *gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;*

VII - *valorização do profissional da educação escolar;*

VIII - *gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;*

IX - *garantia de padrão de qualidade;*

X - *valorização da experiência extraescolar;*

XI - *vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.*

XII - *consideração com a diversidade étnico-racial.*

XIII - *garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.*

A educação escolar deve permitir a formação do cidadão e do trabalhador: uma pessoa que consiga se inserir no mercado de trabalho e ter noções adequadas de cidadania e solidariedade no convívio social. Entre os princípios, trabalha-se com o direito de acesso à educação de qualidade (gratuita nos estabelecimentos públicos), a liberdade nas atividades de ensino em geral (tanto para o educador quanto para o educado), a valorização do professor, o incentivo à educação informal e o respeito às diversidades de ideias, gêneros, raça e cor.

**TÍTULO III
Do Direito à Educação e do Dever de Educar**

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - **educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade**, organizada da seguinte forma:

a) *pré-escola;*

b) *ensino fundamental;*

c) *ensino médio;*

II - **educação infantil gratuita** às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

III - **atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência**, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - **acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;**

V - **acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística**, segundo a capacidade de cada um;

VI - **oferta de ensino noturno regular**, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem **trabalhadores** as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de **programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde**;

IX - padrões mínimos de **qualidade de ensino**, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

X - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais **próxima de sua residência** a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é **direito público subjetivo**, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, **acionar o poder público** para exigí-lo.

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá:

I - *recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica*;

II - *fazer-lhes a chamada pública*;

III - *zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola*.

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por **crime de responsabilidade**.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

Art. 6º É **dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula** das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade.

Art. 7º O ensino é **livre à iniciativa privada**, atendidas as seguintes condições:

I - *cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino*;

II - *autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público*;

III - *capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal*.

Conforme se percebe pelo artigo 4º, divide-se em etapas a formação escolar, nos seguintes termos:

- A educação básica é obrigatória e gratuita. Envolve a pré-escola, o ensino fundamental e o ensino médio. A educação infantil deve ser garantida próxima à residência. Com efeito, existe a garantia do direito à creche gratuita. No mais, pessoas fora da idade escolar que queiram completar seus estudos têm direito ao ensino fundamental e médio.

- A educação superior envolve os níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, devendo ser acessível conforme a capacidade de cada um.

- Neste contexto, devem ser assegurados programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

O artigo 5º reitera a gratuidade e obrigatoriedade do ensino básico e assegura a possibilidade de se buscar judicialmente a garantia deste direito em caso de negativa pelo poder público. Será possível fazê-lo por meio de mandado de segurança ou ação civil pública. Além da judicialização para fazer valer o direito na esfera cível, cabe em caso de negligência o acionamento na esfera penal, buscando-se a punição por crime de responsabilidade.

Adiante, coloca-se o dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula da criança.

Por fim, o artigo 7º estabelece a possibilidade do ensino particular, desde que sejam respeitadas as normas da educação nacional, autorizado o funcionamento pelo poder público e que tenha possibilidade de se manter independentemente de auxílio estatal, embora exista previsão de tais auxílios em circunstâncias determinadas descritas no artigo 213, CF.

TÍTULO IV

Da Organização da Educação Nacional

Art. 8º **A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.**

§ 1º Caberá à **União** a coordenação da política nacional de educação, articulando os **diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais**.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 9º A União incumbir-se-á de:

I - *elaborar o **Plano Nacional de Educação**, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios*;

II - *organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios*;

III - *prestar **assistência técnica e financeira** aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva*;

IV - *estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, **competências e diretrizes** para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum*;

LEGISLAÇÃO BÁSICA DA EDUCAÇÃO

IV-A - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, **diretrizes e procedimentos** para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação;

V - coletar, analisar e disseminar **informações** sobre a educação;

VI - assegurar **processo nacional de avaliação** do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar **normas gerais** sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VIII - assegurar **processo nacional de avaliação** das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - **autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar**, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Art. 10. Os **Estados** incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, **formas de colaboração** na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar **políticas e planos educacionais**, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os **cursos das instituições** de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar **normas complementares** para o seu sistema de ensino;

VI - assegurar o **ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem**, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei;

VII - assumir o **transporte escolar** dos alunos da rede estadual.

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 11. Os **Municípios** incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver **os órgãos e instituições oficiais** dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer **ação redistributiva** em relação às suas escolas;

III - baixar **normas complementares** para o seu sistema de ensino;

IV - **autorizar, credenciar e supervisionar** os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - **oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental**, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - assumir o **transporte escolar** dos alunos da rede municipal.

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um **sistema único** de educação básica.

Art. 12. Os **estabelecimentos de ensino**, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a **incumbência** de:

I - elaborar e executar sua **proposta pedagógica**;

II - administrar seu pessoal e seus **recursos** materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos **dias letivos e horas-aula** estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do **plano de trabalho** de cada docente;

V - prover **meios para a recuperação** dos alunos de menor rendimento;

VI - **articular-se com as famílias e a comunidade**, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - **informar pai e mãe**, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, **sobre a frequência e rendimento** dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

VIII - **notificar** ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos **alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual** permitido em lei.

IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (**bullying**), no âmbito das escolas;

X - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas.

Art. 13. Os **docentes** incumbir-se-ão de:

I - **participar** da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - **elaborar e cumprir plano de trabalho**, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - **zelar** pela **aprendizagem** dos alunos;

IV - estabelecer **estratégias de recuperação** para os alunos de menor rendimento;

V - **ministrar** os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - **colaborar** com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

LEGISLAÇÃO BÁSICA DA EDUCAÇÃO

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da **gestão democrática do ensino público na educação básica**, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos **graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira**, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Art. 16. O **sistema federal** de ensino compreende:

I - as instituições de ensino mantidas pela União;

II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - os órgãos federais de educação.

Art. 17. Os **sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal** compreendem:

I - as instituições de ensino mantidas, respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal;

II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;

III - as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada;

IV - os órgãos de educação estaduais e do Distrito Federal, respectivamente.

Parágrafo único. No Distrito Federal, as instituições de educação infantil, criadas e mantidas pela iniciativa privada, integram seu sistema de ensino.

Art. 18. Os **sistemas municipais de ensino** compreendem:

I - as instituições do ensino fundamental, médio e de educação infantil mantidas pelo Poder Público municipal;

II - as instituições de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada;

III - os órgãos municipais de educação.

Art. 19. As **instituições de ensino dos diferentes níveis** classificam-se nas seguintes categorias administrativas:

I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;

II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Art. 20. As **instituições privadas de ensino** se enquadrarão nas seguintes categorias:

I - **particulares** em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;

II - **comunitárias**, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

III - **profissionais**, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;

IV - **filantrópicas**, na forma da lei.

A LDB estabelece um regime de colaboração entre as entidades de ensino nas esferas federativas diversas, no entanto, coloca competência à União de encabeçar e coordenar os sistemas de ensino. Tal papel de liderança, descrito no artigo 9º, envolve poderes de regulação e de controle, autorizando funcionamento ou suspendendo-o, realizando avaliação constante de desempenho, entre outros deveres.

Uma nota interessante é reparar que o artigo 10 estabelece o dever dos Estados de garantir a educação no ensino fundamental e priorizar a educação no ensino médio, ao passo que o artigo 11 coloca o dever dos municípios de garantir a educação infantil e priorizar a educação fundamental. É possível, ainda, integrar educação municipal e estadual em um sistema único.

Quanto às questões pedagógicas e de gestão dos estabelecimentos de ensino, incumbe a eles próprios, em integração com seus docentes. Este processo de interação entre instituição e docente, bem como destes com a comunidade local, é conhecido como **gestão democrática**.

TÍTULO V

Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino

CAPÍTULO I

Da Composição dos Níveis Escolares

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I - **educação básica**, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - **educação superior**.

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 22. A educação básica tem por finalidades **desenvolver o educando**, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da **cidadania** e fornecer-lhe meios para progredir no **trabalho** e em estudos posteriores.

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em **séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados**, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 1º A escola **poderá reclassificar os alunos**, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados (tipologia textual; identificação de informações implícitas; identificação do tema e da tese de um texto; diferenciação das partes principais das secundárias em um texto; relações lógico-discursivas; comparação entre textos; relações entre imagens [fotos, ilustrações], gráficos, tabelas, infográficos e o corpo de um texto; distinção entre fato e opinião; reconhecimento de estratégias argumentativas; reconhecimento de posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato ou ao mesmo tema; relações entre a tese e os argumentos oferecidos para sustentá-la).01
2. Domínio da ortografia oficial (emprego das letras; emprego da acentuação gráfica). 16
3. Domínio dos mecanismos de coesão textual (emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual; emprego/correlação de tempos e modos verbais). 23
4. Domínio da estrutura morfosintática do período (relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; relações de subordinação entre orações e entre termos da oração; emprego dos sinais de pontuação; concordância verbal e nominal; regência verbal e nominal; emprego do sinal indicativo de crase; colocação pronominal). 25
5. Reescritura de frases e parágrafos do texto (substituição de palavras ou de trechos de textos)..... 98

1. COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS (TIPOLOGIA TEXTUAL; IDENTIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS; IDENTIFICAÇÃO DO TEMA E DA TESE DE UM TEXTO; DIFERENCIAÇÃO DAS PARTES PRINCIPAIS DAS SECUNDÁRIAS EM UM TEXTO; RELAÇÕES LÓGICO-DISCURSIVAS; COMPARAÇÃO ENTRE TEXTOS; RELAÇÕES ENTRE IMAGENS [FOTOS, ILUSTRAÇÕES], GRÁFICOS, TABELAS, INFOGRÁFICOS E O CORPO DE UM TEXTO; DISTINÇÃO ENTRE FATO E OPINIÃO; RECONHECIMENTO DE ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS; RECONHECIMENTO DE POSIÇÕES DISTINTAS ENTRE DUAS OU MAIS OPINIÕES RELATIVAS AO MESMO FATO OU AO MESMO TEMA; RELAÇÕES ENTRE A TESE E OS ARGUMENTOS OFERECIDOS PARA SUSTENTÁ-LA).

Leia o texto abaixo de Franz Kafka, *O silêncio das sereias*:

Prova de que até meios insuficientes - infantis mesmo podem servir à salvação:

Para se defender da sereias, Ulisses tapou o ouvidos com cera e se fez amarrar ao mastro. Naturalmente - e desde sempre - todos os viajantes poderiam ter feito coisa semelhante, exceto aqueles a quem as sereias já atraíam à distância; mas era sabido no mundo inteiro que isso não podia ajudar em nada. O canto das sereias penetrava tudo e a paixão dos seduzidos teria rebentado mais que cadeias e mastro. Ulisses porém não pensou nisso, embora talvez tivesse ouvido coisas a esse respeito. Confiou plenamente no punhado de cera e no molho de correntes e, com alegria inocente, foi ao encontro das sereias levando seus pequenos recursos.

As sereias entretanto têm uma arma ainda mais terrível que o canto: o seu silêncio. Apesar de não ter acontecido isso, é imaginável que alguém tenha escapado ao seu canto; mas do seu silêncio certamente não. Contra o sentimento de ter vencido com as próprias forças e contra a altivez daí resultante - que tudo arrasta consigo - não há na terra o que resista.

E de fato, quando Ulisses chegou, as poderosas cantoras não cantaram, seja porque julgavam que só o silêncio poderia conseguir alguma coisa desse adversário, seja porque o ar de felicidade no rosto de Ulisses - que não pensava em outra coisa a não ser em cera e correntes - as fez esquecer de todo e qualquer canto.

Ulisses no entanto - se é que se pode exprimir assim - não ouviu o seu silêncio, acreditou que elas cantavam e que só ele estava protegido contra o perigo de escutá-las. Por um instante, viu os movimentos dos pescoços, a respiração funda, os olhos cheios de lágrimas, as bocas semiabertas,

mas achou que tudo isso estava relacionado com as árias que soavam inaudíveis em torno dele. Logo, porém, tudo deslizou do seu olhar dirigido para a distância, as sereias literalmente desapareceram diante da sua determinação, e quando ele estava no ponto mais próximo delas, já não as levava em conta.

Mas elas - mais belas do que nunca - esticaram o corpo e se contorceram, deixaram o cabelo horripilante voar livre no vento e distenderam as garras sobre os rochedos. Já não queriam seduzir, desejavam apenas capturar, o mais longamente possível, o brilho do grande par de olhos de Ulisses.

Se as sereias tivessem consciência, teriam sido então aniquiladas. Mas permaneceram assim e só Ulisses escapou delas.

De resto, chegou até nós mais um apêndice. Diz-se que Ulisses era tão astucioso, uma raposa tão ladina, que mesmo a deusa do destino não conseguia devassar seu íntimo. Talvez ele tivesse realmente percebido - embora isso não possa ser captado pela razão humana - que as sereias haviam silenciado e se opôs a elas e aos deuses usando como escudo o jogo de aparências acima descrito.

(KAFKA, Franz. O silêncio das sereias. In. <http://almanaque.folha.uol.com.br/kafka2.htm>)

O que nos diz Franz Kafka a respeito do silêncio das sereias? Por que o silêncio seria mais mortal do que o seu canto?

Ler um texto é muito mais do que decodificar um código, entender seu vocabulário. Isso porque o conjunto de palavras que compõem um texto são organizados de modo a produzir uma mensagem. Há várias formas de se ler um texto. Iniciamos primeiramente pela camada mais superficial, que é justamente o início da "tradução" do vocabulário apresentado. Compreendidas as palavras, ainda nesse primeiro momento, verificamos qual tipo de texto se trata: matéria de jornal, conto, poema. Entretanto, ainda assim não lemos esse conjunto de palavras em sua plenitude, isso porque ler é, antes de mais nada, interpretar.

A palavra interpretação significa, literalmente, explicar algo para si e para o outro. E explicar, outra palavra importante numa leitura, consiste em desdobrar algo que estava dobrado. Assim sendo, podemos entender que ler um texto é interpretá-lo, e para tanto se faz necessário desdobrar suas camadas, suas palavras, até fazê-las suas, para assim chegar a uma camada mais profunda do que a inicial - a da mera "tradução" das palavras.

Um texto é sempre escrito por alguém. Um autor, quando lança as palavras num papel, faz na intenção de passar uma mensagem específica para o leitor. Muitas vezes temos dificuldades em captar qual a mensagem ele está tentando nos dizer. Entretanto, algo é sempre importante lembrar: textos são feitos de palavras, e todas as ferramentas para se entender o texto estão no próprio texto, no modo como o autor organizou as palavras entre si.

Tudo isso pode ser resumido numa simples frase: texto é uma composição estruturada em camadas de sentido. Da mesma forma que para conhecer uma casa é preciso

adentrá-la e entender sua estrutura, compreender um texto é decompô-lo, camada a camada, desde o conhecimento da autoria até o sentido final. Isso requer uma atitude ativa do leitor, e não meramente passiva.

Você já se perguntou por que em concursos públicos e vestibulares é sempre exigida interpretação textual? Pense. Não basta apenas conhecer as regras gramaticais de uma língua, também é importante entender os sentidos que essa língua pode expressar. Se não conseguimos interpretar um texto, como conseguiremos interpretar o mundo em que vivemos?

Assim sendo, ler o texto se faz da mesma forma que se lê o mundo: a partir de suas peculiaridades, ultrapassando a camada mais ingênua da vida e do texto, entendendo as *entrelinhas* da mensagem, ou seja, o que está subentendido.

Quando falamos de leitura, falamos antes de níveis de leitura, pois é a partir desse processo que alcançamos uma interpretação efetiva. Vejamos:

1 – Níveis de leitura

a) Primeiro Nível – é o mais superficial e consiste em iniciar o aprendizado dos significados das palavras. É o próprio ato de decodificação de uma língua. Nesse nível ainda não é possível realizar a interpretação de um texto, já que não se possui ainda familiaridade com os sentidos de uma palavra.

b) Segundo Nível – é o contato mais familiar com um texto, através do conhecimento de qual gênero se trata (notícia, conto, poema), do seu autor e dos benefícios que essa leitura poderia trazer. Imagine você uma livraria. Há vários exemplares para escolher. Então você analisa o título do livro, o autor, lê rapidamente a contracapa e também um trecho do livro. O segundo nível da leitura diz respeito a essa primeira familiarização com um texto.

c) Terceiro Nível – é o momento da leitura propriamente dita. O primeiro passo é entender em qual gênero se encontram as palavras. Se forem textos de ficção (como conto, romance) devemos nos atentar às falas e ações das personagens. Caso se trate de uma crônica ou texto de opinião, é importante prestar atenção no vocabulário utilizado pelo autor, pois nestes gêneros as palavras são escolhidas minuciosamente a fim de explicitar um determinado sentido. Quando se tratar de um poema, também é importante analisar o vocabulário do poeta, lembrando-se que na poesia a mensagem sempre diz mais do que parece dizer.

No momento de interpretar um texto, geralmente ultrapassamos o terceiro nível da leitura, chegando ao quarto e quinto, quando precisamos reler o material em questão, centrando-se em partes específicas. Frente as perguntas de interpretação, cuidado com as opções muito generalizadoras, estas tentam confundir o leitor, já que representam apenas leituras superficiais do assunto. Por isso mesmo, sempre muita atenção no momento da leitura, para que não caia nas famosas “pegadinhas” dos avaliadores.

2) Ideia central

Um texto sempre apresenta uma ideia central e, muitas vezes, na primeira leitura não a captamos. Assim, algumas estratégias são válidas para atingir esse propósito.

- 1) Qual o gênero textual?
- 2) O texto poderia ser resumido numa frase, qual?
- 3) A frase representa a ideia central, qual é essa ideia?
- 4) Como o autor desenvolve essa ideia ao longo do texto?
- 5) Quais as palavras mais recorrentes nesse texto?

Caso você consiga responder essas perguntas certamente você terá as ferramentas necessárias para interpretar o texto.

Utilizemos como exemplo o texto de Franz Kafka citada anteriormente. Leia o texto novamente. Agora responda as questões:

- 1) Qual o gênero textual?
Trata-se de um conto, ou seja, um texto de ficção.
- 2) O texto poderia ser resumido numa frase, qual?
Utilizando as palavras do autor: *As sereias entretanto têm uma arma ainda mais terrível que o canto: o seu silêncio*
- 3) A frase representa a ideia central, qual é essa ideia?
O autor parece nos dizer que o silêncio é mais mortal que a própria fala, ou seja, pode ferir mais.
- 4) Como o autor desenvolve essa ideia ao longo do texto?
a) Muitos já escaparam do canto das sereias, nunca do seu silêncio;
b) Quando o herói Ulisses passa pelas sereias, elas não cantam, precisam de uma arma maior;
c) Ulisses foi mais astuto que as sereias – frente o silêncio mortal que elas lançavam, ele o ignorou, usando a mesma arma do inimigo para enfrentá-lo.

- 5) Quais as palavras mais recorrentes no texto?
Silêncio, canto, sereias, Ulisses, herói, astucioso.
Assim sendo, o texto que inicialmente parecia enigmático, após as respostas das perguntas sugeridas, parece mais claro. Ou seja, Franz Kafka se utiliza da ficção para nos dizer que a indiferença é uma arma mais mortal que o próprio enfrentamento.

Analisemos agora um poema, um dos mais conhecidos da literatura brasileira, *No meio do caminho*, de Carlos Drummond de Andrade:

No Meio do Caminho – Carlos Drummond de Andrade

*No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.*

*Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra*

(ANDRADE, Carlos Drummond de. No meio do caminho. In. <http://www.revistabula.com/391-os-dez-melhores-poemas-de-carlos-drummond-de-andrade/>)

A mensagem parece simples, mas se trata de um poema. Quando precisamos interpretar esse tipo de gênero, é essencial perceber que as palavras dizem mais do que o senso comum, por isso se faz importante interpretá-las com cuidado. Vamos às perguntas sugeridas:

1) Qual o gênero textual?
Poema

2) O texto poderia ser resumido numa frase, qual?
Tinha uma pedra no meio do caminho

3) A frase representa a ideia central, qual é essa ideia?
Pedra no caminho é uma frase de sentido popular que significa dificuldade. O poeta parece usar uma frase banal num poema para indicar que pedra é muito mais do que pedra, é uma dificuldade.

4) Como o autor desenvolve essa ideia ao longo do texto?

Através da repetição da frase "tinha uma pedra no meio caminho". Escrito diversas vezes, soa como uma lição a ser aprendida.

5) Quais as palavras mais recorrentes nesse texto?
Pedra, meio, caminho

Quando realizamos essas perguntas, paramos para refletir sobre a mensagem do texto em questão. E mais, quando precisamos interpretar um texto, após a leitura inicial, é necessário ler detalhadamente cada parte (seja parágrafo, estrofe) e assim construir passo a passo o "desdobramento" do texto.

3) Dicas importantes para uma interpretação de texto

- Faça uma leitura inicial, a fim de se familiarizar com o vocabulário e o conteúdo;

- Não interrompa a leitura caso encontre palavras desconhecidas, tente inicialmente fazer uma leitura geral;

- Faça uma nova leitura, tentando captar as entrelinhas do texto, ou seja, a intenção do autor ao escrever esse material;

- Lembre-se que no texto não estão as suas ideias, e sim as do autor, por isso cuidado para não interpretar segundo o seu ponto de vista;

- Nas questões interpretativas, atente para as alternativas generalizadoras, as que apresentam palavras como *sempre, nunca, certamente, todo, tudo*, geralmente tentem confundir aquele que realiza uma leitura mais superficial;

- Das alternativas propostas, haverá uma completamente sem sentido (para captar o leitor mais desatento) e duas mais convincentes. Para escolher a correta, procure no texto indícios que a fundamenta.

EXERCÍCIOS

1. De acordo com o ditado popular "inveioso nunca medrou, nem quem perto dele morou",

a) o inveioso nunca teve medo, nem amedronta seus vizinhos;

b) enquanto o inveioso prospera, seus vizinhos empobrecem;

c) o inveioso não cresce e não permite o crescimento dos vizinhos;

d) o temor atinge o inveioso e também seus vizinhos;

e) o inveioso não provoca medo em seus vizinhos.

2. Leia e responda:

"O destino não é só dramaturgo, é também o seu próprio contra-regra, isto é, designa a entrada dos personagens em cena, dá-lhes as cartas e outros objetos, e executa dentro os sinais correspondentes ao diálogo, uma trovada, um carro, um tiro."

Assinale a alternativa correta sobre esse fragmento de *D. Casmurro*, de Machado de Assis:

a) é de caráter narrativo;

b) é de caráter reflexivo;

c) evita-se a linguagem figurada;

d) é de caráter descritivo;

e) não há metalinguagem.

3. "Tão barato que não conseguimos nem contratar uma holandesa de olhos azuis para este anúncio."

No texto, a orientação semântica introduzida pelo termo nem estabelece uma relação de:

a) exclusão;

b) negação;

c) adição;

d) intensidade;

e) alternância.

Texto para a questão 4.

- Ah, não sabe? Não o sabes? Sabes-lo não?

- Esquece.

- Não. Como "esquece"? Você prefere falar errado? E o certo é "esquece" ou "esqueça"? Ilumine-me. Mo diga. Ensines-lo-me, vamos.

- Depende.

- Depende. Perfeito. Não o sabes. Ensinar-me-lo-ias se o soubesses, mas não sabes-o.

- Está bem. Está bem. Desculpe. Fale como quiser.

(L. F. Veríssimo, *Jornal do Brasil*, 30/12/94)

4. O texto tem por finalidade:

- a) satirizar a preocupação com o uso e a colocação das formas pronominais átonas;
- b) ilustrar ludicamente várias possibilidades de combinação de formas pronominais;
- c) esclarecer pelo exemplo certos fatos da concordância de pessoa gramatical;
- d) exemplificar a diversidade de tratamentos que é comum na fala corrente.
- e) valorizar a criatividade na aplicação das regras de uso das formas pronominais.

5. Bem cuidado como é, o livro apresenta alguns defeitos. Começando com "O livro apresenta alguns defeitos", o sentido da frase não será alterado se continuar com:

- a) desde que bem cuidado;
- b) contanto que bem cuidado;
- c) à medida que é bem cuidado;
- d) tanto que é bem cuidado;
- e) ainda que bem cuidado.

Texto para as questões 6 e 7.

"Eu considerei a glória de um pavão ostentando o esplendor de suas cores; é um luxo imperial. Mas andei lendo livros, e descobri que aquelas cores todas não existem na pena do pavão. Não há pigmentos. O que há são minúsculas bolhas d'água em que a luz se fragmenta, como em um prisma. O pavão é um arco-íris de plumas.

Eu considerei que este é o luxo do grande artista, atingir o máximo de matizes com um mínimo de elementos.

De água e luz ele faz seu esplendor, seu grande mistério é a simplicidade. Considerei, por fim, que assim é o amor, oh minha amada; de tudo que ele suscita e espelnde e estremece e delira em mim existem apenas meus olhos recebendo a luz do teu olhar. Ele me cobre de glórias e me faz magnífico."

(Rubem Braga, 200 Crônicas Escolhidas)

6. Nas três "considerações" do texto, o cronista preserva, como elemento comum, a idéia de que a sensação de esplendor:

- a) ocorre de maneira súbita, acidental e efêmera;
- b) é uma reação mecânica dos nossos sentidos estimulados;
- c) decorre da predisposição de quem está apaixonado;
- d) projeta-se além dos limites físicos do que a motivou;
- e) resulta da imaginação com que alguém vê a si mesmo.

7. Atente para as seguintes afirmações:

- I - O esplendor do pavão e o da obra de arte implicam algum grau de ilusão.
- II - O ser que ama sente refletir em si mesmo um atributo do ser amado.
- III - O aparente despojamento da obra de arte oculta os recursos complexos de sua elaboração.

De acordo com o que o texto permite deduzir, apenas:

- a) as afirmações I e III estão corretas;
- b) as afirmações I e II estão corretas;
- c) as afirmações II e III estão corretas;
- d) a afirmação I está correta;
- e) a afirmação II está correta.

Texto para as questões 8 e 9.

"Em nossa última conversa, dizia-me o grande amigo que não esperava viver muito tempo, por ser um "cardisplicente".

- O quê?
- Cardisplicente. Aquele que desdenha do próprio coração.

Entre um copo e outro de cerveja, fui ao dicionário.

- "Cardisplicente" não existe, você inventou - triunfei.

- Mas seu eu inventei, como é que não existe? - espantou-se o meu amigo.

Semanas depois deixou em saudades fundas companheiros, parentes e bem-amadas. Homens de bom coração não deveriam ser cardisplicentes."

8. Conforme sugere o texto, "cardisplicente" é:

- a) um jogo fonético curioso, mas arbitrário;
- b) palavra técnica constante de dicionários especializados;
- c) um neologismo desprovido de indícios de significação;
- d) uma criação de palavra pelo processo de composição;
- e) termo erudito empregado para criar um efeito cômico.

9. "- Mas se eu inventei, como é que não existe?"

Segundo se deduz da fala espantada do amigo do narrador, a língua, para ele, era um código aberto:

- a) ao qual se incorporariam palavras fixadas no uso popular;
- b) a ser enriquecido pela criação de gírias;
- c) pronto para incorporar estrangeirismos;
- d) que se amplia graças à tradução de termos científicos;
- e) a ser enriquecido com contribuições pessoais.

Texto para as questões 10 e 11.

"A triste verdade é que passei as férias no calçadão do Leblon, nos intervalos do novo livro que venho penosamente perpetrando. Estou ficando cobra em calçadão, embora deva confessar que o meu momento calçadônido mais alegre é quando, já no caminho de volta, vislumbro o letreiro do hotel que marca a esquina da rua onde finalmente terminarei o programa-saúde do dia. Sou, digamos, um caminhante resignado. Depois dos 50, a gente fica igual a carro usado, é a suspensão, é a embreagem, é o radiador, é o contraplano do rolabrequim, é o contrafarto do mesocárdio epidítico, a falta da serotorpina folimolecular, é o que mecânicos e médicos disseram. Aí, para conseguir ir segurando a barra, vou acatando os conselhos. Andar é bom para mim, digo sem muita convicção a meus entediados botões, é bom para todos."

(João Ubaldo Ribeiro, O Estado de S. Paulo, 6/8/95)

TEMAS EDUCACIONAIS E PEDAGÓGICOS

1. A didática e o processo de ensino e aprendizagem.	01
1.1 Organização do processo didático: planeamento, estratégias, metodologias, avaliação, organização da rotina anual, semestral e diário.	01
1.2 A sala de aula como espaço de aprendizagem e interação.	01
1.3 A didática como fundamento epistemológico do fazer docente.	01
1.4 Contrato Didático. 1.5 Relação professor aluno.	01
2. Principais teorias da aprendizagem: Inatismo, comportamentalismo, behaviorismo, interacionismo, cognitivismo.	25
2.1 As bases empíricas, metodológicas e epistemológicas das diversas teorias de aprendizagem.	25
2.2 Contribuições de Piaget, Vygotsky e Wallon para a psicologia e pedagogia.	25
2.3 Teoria das inteligências múltiplas de Gardner.	25
2.4 Temas contemporâneos: bullying, o papel da escola, a escolha da profissão, transtornos alimentares na adolescência, família, escolhas sexuais.	25
3 Currículo: Propósitos da Educação Básica; Objetivos Educacionais; Conteúdos: procedimentais, atitudinais, conceituais e factuais;	47
Atividade de ensino e de aprendizagem; Avaliação como ato de investigar e intervir nos resultados de aprendizagem dos alunos; Acesso, permanência e sucesso do aluno na escola;	60
Gestão da aprendizagem.	69
5 O Professor: formação e profissão; A pesquisa na prática docente; A dimensão ética da profissão.	72
6 Educação Integral e de tempo integral.	85
7. Escola comum inclusiva. Aprendizagem significativa; Agrupamentos produtivos e circulação dos conhecimentos; Recursos didáticos; Planeamento voltado para o desenvolvimento das capacidades dos alunos; O Projeto Pedagógico e o trabalho coletivo; O Currículo centrado nas expectativas de aprendizagem; Organizadores de situações de aprendizagem (competências e habilidades que os alunos deverão constituir; conteúdos curriculares selecionados; atividades do aluno e do professor; avaliação e apoio pedagógico); A organização do tempo em sala de aula considerando a diversidade dos alunos, os objetivos das atividades propostas e as características dos próprios conteúdos; Estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem como norteadoras do planeamento de propostas de intervenção pedagógica, considerando o desenvolvimento de diferentes capacidades dos alunos; O registo como ferramenta imprescindível para o planeamento da ação educativa; O respeito às diversas crenças e opções políticas dos membros da equipe escolar e das famílias, como condição para o fortalecimento da instituição enquanto equipamento público, laico, democrático e de qualidade.	88

1. A DIDÁTICA E O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.

1.1 ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DIDÁTICO: PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIAS, METODOLOGIAS, AVALIAÇÃO, ORGANIZAÇÃO DA ROTINA ANUAL, SEMESTRAL E DIÁRIO.

1.2 A SALA DE AULA COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM E INTERAÇÃO.

1.3 A DIDÁTICA COMO FUNDAMENTO EPISTEMOLÓGICO DO FAZER DOCENTE.

1.4 CONTRATO DIDÁTICO.

1.5 RELAÇÃO PROFESSOR ALUNO.

A didática, o processo de aprendizagem e a organização do processo didático.

A didática é uma disciplina técnica e que tem como objeto específico a técnica de ensino (direção técnica da aprendizagem). A Didática, portanto, estuda a técnica de ensino em todos os aspectos práticos e operacionais, podendo ser definida como:

“A técnica de estimular, dirigir e encaminhar, no decurso da aprendizagem, a formação do homem”. (AGUAYO)

Didática Geral e Especial

A Didática Geral estuda os princípios, as normas e as técnicas que devem regular qualquer tipo de ensino, para qualquer tipo de aluno.

A Didática Geral nos dar uma visão geral da atividade docente.

A Didática Especial estuda aspectos científicos de uma determinada disciplina ou faixa de escolaridade. A Didática Especial analisa os problemas e as dificuldades que o ensino de cada disciplina apresenta e organiza os meios e as sugestões para resolvê-los. Assim, temos as didáticas especiais das línguas (francês, inglês, etc.); as didáticas especiais das ciências (Física, Química, etc.).

Didática e Metodologia

Tanto a Didática como a metodologia estudam os métodos de ensino. Há, no entanto, diferença quanto ao ponto de vista de cada uma. A Metodologia estuda os métodos de ensino, classificando-os e descrevendo-os sem fazer juízo de valor.

A Didática, por sua vez, faz um julgamento ou uma crítica do valor dos métodos de ensino. Podemos dizer que a metodologia nos dá juízos de realidades, e a Didática nos dá juízos de valor.

- Juízos de realidade são juízos descritivos e constatativos.

Exemplos:

- ✓ Dois mais dois são quatro.

- ✓ Açam-se presentes na sala 50 alunos.
- Juízos de valor são juízos que estabelecem valores ou normas.

Exemplo:

- ✓ A democracia é a melhor forma de governo.
- ✓ Os velhos merecem nosso respeito.

A partir dessa diferenciação, concluímos que podemos ser metodologistas sem ser didáticos, mas não podemos ser didáticos sem ser metodologistas, pois não podemos julgar sem conhecer. Por isso, o estudo da metodologia é importante por uma razão muito simples: para escolher o método mais adequado de ensino precisamos conhecer os métodos existentes.

Educação escolar, pedagogia e Didática

A educação escolar constitui-se num sistema de instrução e ensino com propósitos intencionais, práticas sistematizadas e alto grau de organização, ligado intimamente as demais práticas sociais. Pela educação escolar democratizam-se os conhecimentos, sendo na escola que os trabalhadores continuam tendo a oportunidade de prover escolarização formal aos seus filhos, adquirindo conhecimentos científicos e formando capacidades de pensar criticamente os problemas e desafios postos pela realidade social.

A Pedagogia é um campo de conhecimentos que investiga a natureza das finalidades da educação numa determinada sociedade, bem como os meios apropriados para a formação dos indivíduos, tendo em vista prepará-los para as tarefas da vida social.

Uma vez que a prática educativa é o processo pelo qual são assimilados conhecimentos e experiências acumulados pela prática social da humanidade, cabe à Pedagogia assegurá-lo, orientando-o para finalidades sociais e políticas, e criando um conjunto de condições metodológicas e organizativas para viabilizá-lo.

O caráter pedagógico da prática educativa se verifica como ação consciente, intencional e planejada no processo de formação humana, através de objetivos e meios estabelecidos por critérios socialmente determinados e que indicam o tipo de homem a formar, para qual sociedade, com que propósitos. Vincula-se pois a opções sociais. A partir daí a Pedagogia pode dirigir e orientar a formulação de objetivos e meios do processo educativo.

Podemos, agora, explicar as relações entre educação escolar. Pedagogia e ensino: a educação escolar, manifestação peculiar do processo educativo global: a Pedagogia como determinação do rumo desse processo em suas finalidades e meios de ação; o ensino como campo específico da instrução e educação escolar. Podemos dizer que o processo de ensino-aprendizagem é, fundamentalmente, um trabalho pedagógico no qual se conjugam fatores externos e internos. De um lado, atuam na formação humana como direção consciente e planejada, através de objetivos/conteúdos/métodos e formas de organização propostos pela escola e pelos professores; de outro, essa influência externa depende de fatores internos, tais como as condições físicas, psíquicas e sócio-culturais dos alunos.

A Pedagogia sendo ciência da e para a educação, estuda a educação, a instrução e o ensino. Para tanto compõe-se de ramos de estudo próprios como a Teoria da Educação, a Didática, a Organização Escolar e a História da Educação e da Pedagogia. Ao mesmo tempo, busca em outras ciências os conhecimentos teóricos e práticos que concorrem para o esclarecimento do seu objeto, o fenômeno educativo. São elas a Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, Psicologia da Educação, Biologia da Educação, Economia da educação e outras.

A Didática é o principal ramo de estudos da Pedagogia. Ela investiga os fundamentos, condições e modos de realização da instrução e do ensino. A ela cabe converter objetivos sócio-políticos e pedagógicos em objetivos de ensino, selecionar conteúdos e métodos em função desses objetivos, estabelecer os vínculos entre ensino e aprendizagem, tendo em vista o desenvolvimento das capacidades mentais dos alunos. A Didática está intimamente ligada à Teoria da Educação e à Teoria da Organização Escolar e, de modo muito especial, vincula-se a Teoria do Conhecimento e à Psicologia da Educação.

A Didática e as metodologias específicas das matérias de ensino formam uma unidade, mantendo entre si relações recíprocas. A Didática trata da teoria geral do ensino. As metodologias específicas, integrando o campo da Didática, ocupam-se dos conteúdos e métodos próprios de cada matéria na sua relação com fins educacionais. A Didática, com base em seus vínculos com a Pedagogia, generaliza processos e procedimentos obtidos na investigação das matérias específicas, das ciências que dão embasamento ao ensino e a aprendizagem e das situações concretas da prática docente. Com isso, pode generalizar para todas as matérias, sem prejuízo das peculiaridades metodológicas de cada uma, o que é comum e fundamental no processo educativo escolar.

Há uma estreita ligação da Didática com os demais campos do conhecimento pedagógico. A Filosofia e a História da Educação ajudam a reflexão em torno das teorias educacionais, indagando em que consiste o ato educativo, seus condicionantes externos e internos, seus fins e objetivos; busca os fundamentos da prática docente.

A Sociologia da Educação estuda a educação com processo social e ajuda os professores a reconhecerem as relações entre o trabalho docente e a sociedade. Ensina a ver a realidade social no seu movimento, a partir da dependência mútua entre seus elementos constitutivos, para determinar os nexos constitutivos da realidade educacional. A partir disso estuda a escola como "fenômeno sociológico", isto é, uma organização social que tem a sua estrutura interna de funcionamento interligada ao mesmo tempo com outras organizações sociais (conselhos de pais, associações de bairros, sindicatos, partidos políticos). A própria sala de aula é um ambiente social que forma, junto com a escola como um todo, o ambiente global da atividade docente organizado para cumprir os objetivos de ensino.

A Psicologia da Educação estuda importantes aspectos do processo de ensino e da aprendizagem, como as implicações das fases de desenvolvimento dos alunos con-

forme idades e os mecanismos psicológicos presentes na assimilação ativa de conhecimentos e habilidades. A psicologia aborda questões como: o funcionamento da atividade mental, a influência do ensino no desenvolvimento intelectual, a ativação das potencialidades mentais para a aprendizagem, organização das relações professor-alunos e dos alunos entre si, a estimulação e o despertamento do gosto pelo estudo etc.

A Estrutura e Funcionamento do Ensino inclui questões da organização do sistema escolar nos seus aspectos políticos e legais, administrativos, e aspectos do funcionamento interno da escola como a estrutura organizacional e administrativa, planos e programas, organização do trabalho pedagógico e das atividades discentes etc.¹

O Processo Didático Pedagógico de Ensinar e Aprender

Didática é considerada como arte e ciência do ensino, o objetivo deste artigo é analisar o processo didático educativo e suas contribuições positivas para um melhor desempenho no processo de ensino-aprendizagem. Como arte a didática não objetiva apenas o conhecimento por conhecimento, mas procura aplicar os seus próprios princípios com a finalidade de desenvolver no indivíduo as habilidades cognitivas, tornando-os críticos e reflexivos, desenvolvendo assim um pensamento independente.

Nesse Artigo abordamos esse assunto acerca das visões de Libâneo (1994), destacando as relações e os processos didáticos de ensino e aprendizagem, o caráter educativo e crítico desse processo de ensino, levando em consideração o trabalho docente além da organização da aula e seus componentes didáticos do processo educacional tais como objetivos, conteúdos, métodos, meios de ensino e avaliação. Concluímos o nosso trabalho ressaltando a importância da didática no processo educativo de ensino e aprendizagem.

Processos Didáticos Básicos, Ensino e Aprendizagem.

A Didática é o principal ramo de estudo da pedagogia, pois ela situa-se num conjunto de conhecimentos pedagógicos, investiga os fundamentos, as condições e os modos de realização da instrução e do ensino, portanto é considerada a ciência de ensinar. Nesse contexto, o professor tem como papel principal garantir uma relação didática entre ensino e aprendizagem através da arte de ensinar, pois ambos fazem parte de um mesmo processo. Segundo Libâneo (1994), o professor tem o dever de planejar, dirigir e controlar esse processo de ensino, bem como estimular as atividades e competências próprias do aluno para a sua aprendizagem.

A condição do processo de ensino requer uma clara e segura compreensão do processo de aprendizagem, ou seja, deseja entender como as pessoas aprendem e quais as condições que influenciam para esse aprendizado. Sendo assim Libâneo (1994) resalta que podemos distinguir a aprendizagem em dois tipos: *aprendizagem casual e a aprendizagem organizada*.

¹ Fonte: www.pedagogiadidatica.blogspot.com.br

a. Aprendizagem casual: É quase sempre espontânea, surge naturalmente da interação entre as pessoas com o ambiente em que vivem, ou seja, através da convivência social, observação de objetos e acontecimentos.

b. Aprendizagem organizada: É aquela que tem por finalidade específica aprender determinados conhecimentos, habilidades e normas de convivência social. Este tipo de aprendizagem é transmitido pela escola, que é uma organização intencional, planejada e sistemática, as finalidades e condições da aprendizagem escolar é tarefa específica do ensino (LIBÂNEO, 1994. Pág. 82).

Esses tipos de aprendizagem tem grande relevância na assimilação ativa dos indivíduos, favorecendo um conhecimento a partir das circunstâncias vivenciadas pelo mesmo.

O processo de assimilação de determinados conhecimentos, habilidades, percepção e reflexão é desenvolvido por meios atitudinais, motivacionais e intelectuais do aluno, sendo o professor o principal orientador desse processo de assimilação ativa, é através disso que se pode adquirir um melhor entendimento, favorecendo um desenvolvimento cognitivo.

Através do ensino podemos compreender o ato de aprender que é o ato no qual assimilamos mentalmente os fatos e as relações da natureza e da sociedade. Esse processo de assimilação de conhecimentos é resultado da reflexão proporcionada pela percepção prático-sensorial e pelas ações mentais que caracterizam o pensamento (Libâneo, 1994). Entendida como fundamental no processo de ensino a assimilação ativa desenvolve no indivíduo a capacidade de lógica e raciocínio, facilitando o processo de aprendizagem do aluno.

Sempre estamos aprendendo, seja de maneira sistemática ou de forma espontânea, teoricamente podemos dizer que há dois níveis de aprendizagem humana: o reflexo e o cognitivo. O nível reflexo refere-se às nossas sensações pelas quais desenvolvemos processos de observação e percepção das coisas e nossas ações físicas no ambiente. Este tipo de aprendizagem é responsável pela formação de hábitos sensorio motor (Libâneo, 1994).

O nível cognitivo refere-se à aprendizagem de determinados conhecimentos e operações mentais, caracterizada pela apreensão consciente, compreensão e generalização das propriedades e relações essenciais da realidade, bem como pela aquisição de modos de ação e aplicação referentes a essas propriedades e relações (Libâneo, 1994). De acordo com esse contexto podemos despertar uma aprendizagem autônoma, seja no meio escolar ou no ambiente em que estamos.

Pelo meio cognitivo, os indivíduos aprendem tanto pelo contato com as coisas no ambiente, como pelas palavras que designam das coisas e dos fenômenos do ambiente. Portanto as palavras são importantes condições de aprendizagem, pois através delas são formados conceitos pelos quais podemos pensar.

O ensino é o principal meio de progresso intelectual dos alunos, através dele é possível adquirir conhecimentos e habilidades individuais e coletivas. Por meio do ensino, o

professor transmite os conteúdos de forma que os alunos assimilem esse conhecimento, auxiliando no desenvolvimento intelectual, reflexivo e crítico.

Por meio do processo de ensino o professor pode alcançar seu objetivo de aprendizagem, essa atividade de ensino está ligada à vida social mais ampla, chamada de prática social, portanto o papel fundamental do ensino é mediar à relação entre indivíduos, escola e sociedade.

O Caráter Educativo do Processo de Ensino e o Ensino Crítico.

De acordo com Libâneo (1994), o processo de ensino, ao mesmo tempo em que realiza as tarefas da instrução de crianças e jovens, também é um processo educacional.

No desempenho de sua profissão, o professor deve ter em mente a formação da personalidade dos alunos, não apenas no aspecto intelectual, como também nos aspectos morais, afetivos e físicos. Como resultado do trabalho escolar, os alunos vão formando o senso de observação, a capacidade de exame objetivo e crítico de fatos e fenômenos da natureza e das relações sociais, habilidades de expressão verbal e escrita. A unidade instrução-educação se reflete, assim, na formação de atitudes e convicções frente à realidade, no transcorrer do processo de ensino.

O processo de ensino deve estimular o desejo e o gosto pelo estudo, mostrando assim a importância do conhecimento para a vida e o trabalho, (LIBÂNEO, 1994).

Nesse processo o professor deve criar situações que estimule o indivíduo a pensar, analisar e relacionar os aspectos estudados com a realidade que vive. Essa realização consciente das tarefas de ensino e aprendizagem é uma fonte de convicções, princípios e ações que irão relacionar as práticas educativas dos alunos, propondo situações reais que faça com que os indivíduo reflita e analise de acordo com sua realidade (TAVARES, 2011).

Entretanto o caráter educativo está relacionado aos objetivos do ensino crítico e é realizado dentro do processo de ensino. É através desse processo que acontece a formação da consciência crítica dos indivíduos, fazendo-os pensar independentemente, por isso o ensino crítico, chamado assim por implicar diretamente nos objetivos sócio-políticos e pedagógicos, também os conteúdos, métodos escolhidos e organizados mediante determinada postura frente ao contexto das relações sociais vigentes da prática social, (LIBÂNEO, 1994).

É através desse ensino crítico que os processos mentais são desenvolvidos, formando assim uma atitude intelectual. Nesse contexto os conteúdos deixam de serem apenas matérias, e passam então a ser transmitidos pelo professor aos seus alunos formando assim um pensamento independente, para que esses indivíduos busquem resolver os problemas postos pela sociedade de uma maneira criativa e reflexiva.

A Organização da Aula e seus Componentes Didáticos do Processo Educacional

A aula é a forma predominante pela qual é organizado o processo de ensino e aprendizagem. É o meio pelo qual o professor transmite aos seus alunos conhecimentos adquiridos no seu processo de formação, experiências de vida, conteúdos específicos para a superação de dificuldades e meios para a construção de seu próprio conhecimento, nesse sentido sendo protagonista de sua formação humana e escolar.

É ainda o espaço de interação entre o professor e o indivíduo em formação constituindo um espaço de troca mútua. A aula é o ambiente propício para se pensar, criar, desenvolver e aprimorar conhecimentos, habilidades, atitudes e conceitos, é também onde surgem os questionamentos, indagações e respostas, em uma busca ativa pelo esclarecimento e entendimento acerca desses questionamentos e investigações.

Por intermédio de um conjunto de métodos, o educador busca melhor transmitir os conteúdos, ensinamentos e conhecimentos de uma disciplina, utilizando-se dos recursos disponíveis e das habilidades que possui para infundir no aluno o desejo pelo saber.

Deve-se ainda compreender a aula como um conjunto de meios e condições por meio das quais o professor orienta, guia e fornece estímulos ao processo de ensino em função da atividade própria dos alunos, ou seja, da assimilação e desenvolvimento de habilidades naturais do aluno na aprendizagem educacional. Sendo a aula um lugar privilegiado da vida pedagógica refere-se às dimensões do processo didático preparado pelo professor e por seus alunos.

Aula é toda situação didática na qual se põem objetivos, conhecimentos, problemas, desafios com fins instrutivos e formativos, que incitam as crianças e jovens a aprender (LIBÂNEO, 1994- Pág.178). Cada aula é única, pois ela possui seus próprios objetivos e métodos que devem ir de acordo com a necessidade observada no educando.

A aula é norteada por uma série de componentes, que vão conduzir o processo didático facilitando tanto o desenvolvimento das atividades educacionais pelo educador como a compreensão e entendimento pelos indivíduos em formação; ela deve, pois, ter uma estruturação e organização, afim de que sejam alcançados os objetivos do ensino.

Ao preparar uma aula o professor deve estar atento às quais interesses e necessidades almeja atender, o que pretende com a aula, quais seus objetivos e o que é de caráter urgente naquele momento. A organização e estruturação didática da aula têm por finalidade proporcionar um trabalho mais significativo e bem elaborado para a transmissão dos conteúdos. O estabelecimento desses caminhos proporciona ao professor um maior controle do processo e aos alunos uma orientação mais eficaz, que vá de acordo com previsto.

As indicações das etapas para o desenvolvimento da aula, não significa que todas elas devam seguir um cronograma rígido (LIBÂNEO, 1994-Pág. 179), pois isso depende

dos objetivos, conteúdos da disciplina, recursos disponíveis e das características dos alunos e de cada aluno e situações didáticas específicas.

Dentro da organização da aula destacaremos agora seus Componentes Didáticos, que são também abordados em alguns trabalhos como elementos estruturantes do ensino didático. São eles: os objetivos (gerais e específicos), os conteúdos, os métodos, os meios e as avaliações.

Objetivos

São metas que se deseja alcançar, para isso usa-se de diversos meios para se chegar ao esperado. Os objetivos educacionais expressam propósitos definidos, pois o professor quando vai ministrar a aula já vai com os objetivos definidos. Eles têm por finalidade, preparar o docente para determinar o que se requer com o processo de ensino, isto é prepará-lo para estabelecer quais as metas a serem alcançadas, eles constituem uma ação intencional e sistemática.

Os objetivos são exigências que requerem do professor um posicionamento reflexivo, que o leve a questionamentos sobre a sua própria prática, sobre os conteúdos os materiais e os métodos pelos quais as práticas educativas se concretizam. Ao elaborar um plano de aula, por exemplo, o professor deve levar em conta muitos questionamentos acerca dos objetivos que aspira, como O que? Para que? Como? E Para quem ensinar?, e isso só irá melhorar didaticamente as suas ações no planejamento da aula.

Não há prática educativa sem objetivos; uma vez que estes integram o ponto de partida, as premissas gerais para o processo pedagógico (LIBÂNEO, 1994- Pág.122). Os objetivos são um guia para orientar a prática educativa sem os quais não haveria uma lógica para orientar o processo educativo.

Para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça de modo mais organizado faz-se necessário, classificar os objetivos de acordo com os seus propósitos e abrangência, se são mais amplos, denominados objetivos gerais e se são destinados a determinados fins com relação aos alunos, chamados de objetivos específicos.

a. Objetivos Gerais: exprimem propósitos mais amplos acerca do papel da escola e do ensino diante das exigências postas pela realidade social e diante do desenvolvimento da personalidade dos alunos (LIBÂNEO, 1994- Pág. 121). Por isso ele também afirma que os objetivos educacionais transcendem o espaço da sala de aula atuando na capacitação do indivíduo para as lutas sociais de transformação da sociedade, e isso fica claro, uma vez que os objetivos têm por fim formar cidadãos que venham a atender os anseios da coletividade.

b. Objetivos Específicos: compreendem as intencionalidades específicas para a disciplina, os caminhos traçados para que se possa alcançar o maior entendimento, desenvolvimento de habilidades por parte dos alunos que só se concretizam no decorrer do processo de transmissão e assimilação dos estudos propostos pelas disciplinas de ensino e aprendizagem. Expressam as expectativas do professor sobre o que deseja obter dos alunos no decorrer do

HISTÓRIA DO ACRE

1. O processo de ocupação das terras acreanas, a ocupação indígena, a imigração nordestina e a produção da borracha, a insurreição acreana e anexação do Acre ao Brasil. A chegada dos "paulistas" nas terras acreanas a partir dos anos 70 do século passado: êxodo rural, conflitos pela terra e invasões do espaço urbano.....01
2. A evolução política do Acre: Território a Estado. Acre: desafios para um futuro sustentável..... 11
3. Trabalhos e produção nas diferentes nações indígenas, uso e posse da terra dos indígenas da Amazônia no auge do ciclo da borracha, ocupação e utilização da terra, ocupação e disputa pela terra entre povos indígenas e grupos de interesse socioeconômico e atividades econômicas mais relevantes no estudo da história da Amazônia e do Acre.... 12

1. O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DAS TERRAS ACREANAS, A OCUPAÇÃO INDÍGENA, A IMIGRAÇÃO NORDESTINA E A PRODUÇÃO DA BORRACHA, A INSURREIÇÃO ACREANA E ANEXAÇÃO DO ACRE AO BRASIL. A CHEGADA DOS “PAULISTAS” NAS TERRAS ACREANAS A PARTIR DOS ANOS 70 DO SÉCULO PASSADO: ÊXODO RURAL, CONFLITOS PELA TERRA E INVASÕES DO ESPAÇO URBANO

“Pré-História” e Sociedades Indígenas do Acre. Contra-pondo a história oficial, é fundamental ressaltarmos que o povoamento humano do Acre teve início, provavelmente, entre 20 e 10 mil anos atrás, quando grupos provenientes da Ásia chegaram a América do Sul após uma longa migração. Outro aspecto a mencionar é que a partir de 12 mil anos atrás, o clima do planeta começou a esquentar e esse fato ocasionou um aumento da umidade e expansão dos sistemas florestais. Assim, os últimos remanescentes da megafauna desapareceram devido à retração das áreas de pastagem e a expansão da floresta contribuindo para a proliferação de uma fauna terrestre de pequeno porte e da fauna aquática através do crescimento dos cursos de água que ficavam cada vez mais caudalosos. Nesse contexto ocorreram profundas mudanças climáticas e ambientais e o surgimento de novas formas de organização social, fazendo com que os seres humanos daquela época passassem a contar com recursos alimentares mais variados, em virtude do ambiente de florestas tropicais, além de, gradativamente começarem a desenvolver as primeiras experiências de domesticação de plantas e animais.

Na América Central e nos Andes, tiveram início os cultivos de milho e de outras sementes, enquanto nas terras baixas da Amazônia foram desenvolvidas as primeiras experiências do plantio de raízes – especialmente da mandioca – que se tornou a base do cardápio alimentar desses grupos. E, como parte dessas mudanças, surgiu, aproximadamente há 5 mil anos, a “Cultura de floresta tropical”, caracterizada por grupos que praticavam uma agricultura ainda incipiente complementada pela caça, pesca e coleta de frutos e sementes da floresta. Foi, também, nessa fase da organização social dos grupos humanos que estes passaram a fabricar cerâmica e a ocupar certas áreas por períodos mais prolongados. No Acre não foi diferente do resto da Amazônia e aqui se multiplicaram os grupos ceramistas horticultores. Importante destacarmos ainda que, em linhas gerais, em meados do século XIX a ocupação dos povos nativos nos altos rios Purus e Juruá correspondia a uma divisão territorial entre dois grupos linguísticos que apresentavam significativas diferenças. Segundo viajantes e exploradores como Chandless, Serafim Salgado e Silva Coutinho, no Purus havia o predomínio, mas não a exclusividade, de grupos falantes das línguas Aruan e Aruak, do mesmo tronco linguístico.

Enquanto que no vale do Juruá havia o predomínio, também não exclusivo, de grupos falantes da língua Pano. Importante considerarmos também que a divisão territorial expressa acima, por vales entre grupos linguísticos dominantes parece ter sido semelhante àquela que os arqueólogos detectaram através das tradições ceramistas Quinari e Acuriá. Todavia, além dessa divisão aparentemente simples, havia também grupos falantes da língua Katuquina nos afluentes localizados entre o médio Purus e o médio Juruá, ao norte do atual Estado do Acre, já em terras do Amazonas. Também existiam outros povos de língua Pano e Takana, ambos do mesmo tronco linguístico Pano, que se encontravam mais ao sul, no alto curso do rio Acre, no Abunã, no Xipanamu e no Madre de Deus até sua confluência com o rio Madeira. Para contextualizar os espaços ocupados pelos povos nativos, não apenas nos limites do atual Estado do Acre, mas, também de áreas circunvizinhas que integram a grande região indígena da Amazônia Sul Ocidental, podemos dizer que esses povos indígenas estavam distribuídos em cinco grandes grupos:

1. No médio curso do rio Purus, hoje Estado do Amazonas, habitavam povos de língua Aruan do tronco Aruak. Grupos poucos aguerridos eram geralmente submetidos por outros grupos mais fortes ou se refugiavam na terra firme, espalhando-se por diversos afluentes de ambas as margens do médio Purus. Dentre os grupos dessa região podemos citar os Jamamadi, os Kamadeni, além de outros já desaparecidos. Segundo recentes análises de linguísticas essa família teria uma antiguidade em torno de 2 mil anos.

2. No alto curso do rio Purus e no baixo rio Acre estavam estabelecidas diversas tribos do tronco linguístico Aruak. Subindo esses rios, do norte para o sul, habitavam os Apurinã, os Manchineri, os Kulina, os Canamari, os Piros, os Ashaninka, dentre outros. Esses grupos se espalhavam desde a confluência do Pauini com o Purus até a região das encostas orientais do Andes, desde aproximadamente 5 mil anos atrás, mantendo-se por longo tempo numa região vasta e rica ecologicamente. Há registros de que muito antes de resistir ao avanço dos homens brancos sobre suas terras, os Aruak ou Antis, já haviam resistido com sucesso à chegada dos falantes da língua Pano e a expansão das civilizações Andinas.

3. No alto curso do rio Acre, em território boliviano, havia um enclave de grupos falantes de língua takana e Pano. Destes, alguns eram bastante aguerridos, como os temidos Pacaguara, outros mais sociáveis como os Kaxarari que mantinham ativo contato com os Apurinã, apesar das diferenças linguísticas e culturais entre estes dois grupos. Mesmo pertencendo ao tronco linguístico Pano, a língua Takana é de origem mais recente, tendo surgido entre 3 e 2 mil anos atrás.

4. Na região intermediária entre o médio curso do Purus e o Juruá, ao norte do Acre, habitavam os falantes da língua Katukina, sobre os quais há raras informações. Conforme alguns registros este grupo teria surgido há cerca de 2 mil anos. Eram grupos poucos numerosos que ficavam apertados entre os povos Aruak ao leste e os Pano a oeste, restando a eles a exploração das terras firmes menos ricas em suprimentos alimentares que as margens dos grandes rios.

5. Em considerável espaço do médio e alto curso do rio Juruá, bem como a maior parte de seus afluentes – como o Tarauacá, o Muru, o Envira, o Moa e daí por diante – era dominado por diversos e numerosos grupos falantes da língua Pano. Eram os Kaxinawá, Jaminawá, Amahuaca, Arara, Rununawá, Xixinawá, dentre outras denominações tribais. Estes faziam parte de um grupo linguístico muito antigo com cerca de 5 mil anos, mas que teria se originado em outra região, invadindo só mais recentemente as terras acreanas.

Devido ao seu caráter guerreiro, os Pano conquistaram seu território através da guerra contra tribos de outras línguas, mas também contra grupos do mesmo tronco. Este fato torna explicável, em parte, a fragmentação que as muitas tribos Panos apresentavam quando finalmente os brancos começaram a chegar na região. É interessante fazer menção de que a simples divisão linguística dos grupos nativos do Acre nos últimos 5 mil anos “esconde” o caráter múltiplo de culturas indígenas e a complexa territorialidade estabelecida a partir das alianças e rivalidades tribais. Como a existente entre os Apurinã e os Manchineri, nos rios Purus e Iaco, onde foi estabelecido um amplo território despovoado que servia para evitar contatos e conflitos, tendo em vista as guerras permanentes entre esses dois grupos Aruak. Por outro lado, há, também, registros do estabelecimento de aldeias conjuntas de grupos Aruak e Pano, para resistir ao avanço das ordens religiosas pelo Vale do Ucayali a partir do século XVII. (RENARD-CASEVITZ, 1998, p. 202).

Ressaltamos também que embora os conflitos estivessem presentes durante esses milhares de anos em que as aldeias foram compostas por grandes malocas coletivas, esses povos nativos garantiram a sobrevivência do que a natureza oferecia e dessa forma podiam realizar grandes festas por ocasião das colheitas o que denota o caráter sutil do equilíbrio econômico, ecológico e social na região. No limiar do século XIX, cada grupo familiar ou tribal possuía territórios claramente definidos e os relacionamentos entre esses grupos obedeciam não só as semelhanças étnicas e culturais, mas também às alianças que foram sendo estabelecidas ao longo do tempo.

Como também as extensas redes de comércio e comunicação que cortavam os diversos vales acreanos aonde chegavam notícias e produtos de áreas longínquas. A esse respeito, Chandless, um viajante e descobridor europeu, em sua viagem ao rio Aquiri noticiou que os Apurinã comumente recebiam dos Kaxarari pedras trazidas dos rios Abunã e Madeira para fabricar lâminas de machado, enquanto que os Manchineri já possuíam diversos objetos de metal, provavelmente resultado do comércio realizado com os peruanos. Euclides da Cunha demonstrou ser possível sair do rio Javari e, utilizando a vasta rede indígena de caminhos e varações chegar ao vale do rio Madeira depois de alguns dias de viagem. Era um tempo em que desde os grupos indígenas mais fortes e numerosos que ocupavam as várzeas dos rios até os menores grupos familiares que perambulavam pelas cabeceiras, todos possuíam liberdade e o direito à uma identidade própria.

O Encontro de Culturas e a Criação de uma Nova Sociedade Logo ao início das primeiras viagens de exploração, a partir de 1860, apesar da presença dos indígenas, o potencial de riqueza natural dos rios acreanos despertou a cobiça dos exploradores. Em 1870, teve início a corrida para a Amazônia e em poucos anos as margens dos rios acreanos tornaram-se cenários dos seringais. A demanda internacional por borracha fazia com que o látex extraído da seringueira, depois de defumado e transformado em “pélas” fosse exportado para abastecer as indústrias europeias e norte-americanas, cada vez mais ávidas por esse produto. A partir de 1878, a empresa seringalista alcançava a boca do rio Acre subjugando todo o médio Purus e já em 1880 ultrapassava a linha Cunha Gomes, limite final das fronteiras legais brasileiras. Nesse mesmo contexto, caucheiros peruanos vindos do sudoeste cortavam a região das cabeceiras do Juruá e do Purus, enquanto que os primeiros seringalistas bolivianos começavam a se expandir pelo vale de Madre de Deus e invadiram as terras acreanas pelo sul. Frente a essas investidas, os povos nativos da região viram-se cercados por brasileiros, peruanos e bolivianos sem ter para onde fugir ou como resistir a enorme pressão que vinha do capital internacional que dependia da borracha amazônica. Para os índios inaugurou-se um novo tempo: de senhores das terras da Amazônia Sul-Occidental passaram a ser vistos como entres a exploração da borracha e do caucho na região.

Com a penetração dos exploradores vieram também as doenças dos brancos para as quais os índios não possuíam defesas. O sarampo, a gripe, a tuberculose, dentre outras doenças que se alastravam entre os grupos indígenas da região dizimando aldeias inteiras diante dos pajés que não sabiam como curar aquelas moléstias desconhecidas. E a reação dos diferentes grupos indígenas existentes no Acre a chegada dos colonizadores foi variada como diversificadas eram as culturas presentes na região. Uma grande parte das tribos de língua Aruan e Aruak, como os Jamamadi, Apurinã, Manchineri e Ashaninka optaram por colaborar em certa medida com os brancos. Destes alguns se tornaram remadores, guias, mateiros e seringueiros.

Outras aldeias passaram a se relacionar com os seringais negociando os produtos da caça ou de sua lavoura em troca de ferramentas, armas e objetos dos brancos. Ressaltamos que grupos de língua Pano, em sua maioria, resistiram à invasão de seus territórios ancestrais, procurando evitar contatos ou relações de qualquer espécie com os não índios. A perseguição que se abateu sobre os povos nativos do Acre foi grande e certos grupos na tentativa de se proteger passaram a esconder sua identidade, como um pequeno grupo de Jaminawá que passou a se dizer Katuquina. (BRANCO SOBRINHO, 1950). O encontro das culturas foi marcado pelo confronto que se expressou de forma cruel e excludente. Entre os anos de 1880 a 1910 quando o ritmo da exploração da borracha foi intenso, o extermínio aumentou fazendo com que inúmeros grupos se extinguissem a exemplo dos Canamari que desapareceram da grande floresta, ou os Takana

HISTÓRIA DO ACRE

que migraram para o sul até a Bolívia para nunca mais retornarem ao território acreano, ou ainda os Apurinã que tiveram seus vastos domínios reduzidos a ponto de não possuírem hoje nenhuma terra indígena demarcada no Estado do Acre, parte de seu território ancestral.

Além disso, é inconteste que o estabelecimento da empresa extrativista da borracha alterou as formas de organização social dos índios. Alguns pequenos grupos ainda conseguiram se refugiar nas cabeceiras mais isoladas dos rios, mas a grande maioria foi pressionada a se modificar para não desaparecer. Passaram então a adotar o modelo de casa cabocla amazônica, começaram a depender das ferramentas dos não índios e também foram perdendo suas línguas maternas e aprendendo o português ou o espanhol. Inaugurou-se para os índios do Acre o tempo do cativo (CPI, 2002, p. 65).

Fortuna e Decadência do 1º Ciclo da Borracha Amazônica

Neste novo contexto vivia-se o espetáculo do esplendor da economia gumífera. “Em 1878, 100% da produção mundial de borracha era brasileira. Em 1890 a participação decresceu para 90%. Entre 1895 e 1909, a Amazônia contribuiu para o consumo mundial com 443.200 toneladas. A África, a América Central e Malásia com 374.510t. Havia, portanto, um saldo para o Brasil de 68.960 toneladas” (REIS, 1941, p. 65).

No entanto esse quadro de prosperidade estava com os dias contados. Para a época era difícil imaginar que aquela euforia fosse passageira, pois a “Amazônia possuía o maior reservatório de borracha natural de que se tem notícia e, além disso, o domínio do mercado” (SOARES, 1927, p. 35). Pelo quadro abaixo de exportação brasileira de borracha, entre 1821 e 1947 fica visível a contribuição deste produto na pauta das exportações brasileiras. Por outro lado, também evidencia, a partir de 1912, a perda do auge da produção, voltando a reanimar-se no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Tabela 1. Exportação da borracha silvestre Amazônica (1827 – 1947).

ANO	Quant. (ε)	L/T	ANO	Quant. L/t	(ε)
1821/1830	329	67	1921	17.493	72
1831/1840	2.314	72	1922	19.855	72
1841/1850	4.693	45	1923	17.995	100
1851/1860	19.383	116	1924	21.586	90
1861/1870	37.166	116	1925	23.537	206
1871/1880	60.225	183	1926	23.263	145
1881/1890	110.048	152	1927	26.162	107
1891/1900	213.755	209	1928	18.826	76
1901	30.241	283	1929	19.861	75

HISTÓRIA DO ACRE

ANO	Quant. (ε)	L/T	ANO	Quant. L/t	(c)
1902	28.632	256	1930	14.138	54
1903	31.717	308	1931	12.623	32
1904	31.866	350	1932	6.224	34
1905	35.393	420	1933	9.453	43
1906	34.960	401	1934	11.150	50
1907	36.490	374	1935	12.370	50
1908	38.206	308	1936	13.247	88
1909	39.027	484	1937	14.792	90
1910	38.547	655	1938	12.064	44
1911	36.547	412	1939	11.805	63
1912	42.286	380	1946	11.838	97
1913	36.232	285	1941	10.734	126
1914	33.531	206	1942	12.204	179
1915	35.165	200	1943	14.575	191
1916	31.495	240	1944	21.192	255
1917	33.998	224	1945	18.887	270
1918	22.662	174	1946	18.159	190
1919	33.252	188	1947	14.510	186
1920	23.587	106	-	-	-

Fonte: BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: um pouco antes e além depois*. Manaus: Calderaro, 1977, p. 252., apud., MARTINELLO, 2004, p. 55.

Conforme esclarece Martinello, a expansão da borracha entre 1880 e 1920 foi imensa e sua participação na economia brasileira crescente. Neste sentido, “entre os anos de 1880 e 1897 a borracha responde, em média por 11,8% da exportação total brasileira; entre 1898 e 1910, por 25,7% entre 1911 e 1913, por 20%; entre 1914 e 1918, por 12%. Este significativo volume exportado é acompanhado, também, pelos excepcionais preços internacionais do produto. Em 1840, 45 libras por tonelada; em 1850, 41 libras; em 1860, 125 libras; em 1870, 182 libras; em 1905, 512 libras, preço que perdura até 1911. Não havia, portanto, nada a temer. A riqueza da região parecia inesgotável” (MARTINELLO, 2004, p. 55-56).

No entanto essa euforia econômica não iria durar por muito tempo, pois as sementes transladadas por Wickham da Amazônia por volta de 1876, proporcionaram aos ingleses o início do cultivo de seringueiras em bases racionais em suas colônias do Oriente. E alguns anos mais tarde a produção destas desbancou a produção brasileira no cenário mundial, pois a partir de 1913, a borracha cultivada no Oriente superava a produção amazônica com quase “48.000 toneladas em quanto a brasileira decrescia para 39.560t”. O monopólio brasileiro da goma elástica estava definitivamente quebrado. A perda da supremacia brasileira da borracha foi ocasionada por vários fatores tais como: altos custos da extração do produto, que impossibilitavam a competição com as plantações do Oriente, pela inexistência de pesquisas agrônomicas em larga escala devidamente amparadas pelo setor público, pela falta de visão empresarial dos brasileiros ligados ao comércio da goma elástica, pela carência de uma mão de obra barata da região, elemento essencial ao sistema produtivo, pela insuficiência de capital financeiro aliada à distância e às condições naturais adversas da região. E, a acentuada queda nos preços internacionais da borracha fez com que ficasse cada vez mais difícil trazer nordestinos para o corte de seringa, o que por sua vez gerou a necessidade cada vez maior do aproveitamento dos índios como mão de obra, tornando comum a prática dos padrões-seringalistas de reunirem grupos dispersos de diversas etnias para trabalharem em seus seringais.

GEOGRAFIA DO ACRE

1. Aspectos geográficos e ecológicos da Amazônia e do Acre. Formação econômica do Acre. Processo de anexação do Acre ao Brasil: tratados e limites.....	01
2. Municípios e populações do Acre: população e localização. Nova configuração do mapa. Microrregiões. Atuais municípios.....	10
3. Relevo, vegetação, clima, solo, hidrografia, fluxo migratório, extrativismo e Zoneamento Ecológico do Acre. A paisagem local e sua relação com outras paisagens (semelhanças e diferenças, permanências e transformações).	14
4. Linguagem cartográfica: leitura de mapas.....	25
5. Modos de vida no campo e na cidade.	33
6. Papel da tecnologia na configuração de paisagens urbanas e rurais e na estruturação da vida em sociedade.....	40
7. Apropriação e transformação da natureza. Preservação e cuidados com o meio: como o homem usa a natureza e constrói o seu espaço; o processo industrial e suas relações no município, no estado e no país.....	48

GEOGRAFIA DO ACRE

1. ASPECTOS GEOGRÁFICOS E ECOLÓGICOS DA AMAZÔNIA E DO ACRE. FORMAÇÃO ECONÔMICA DO ACRE. PROCESSO DE ANEXAÇÃO DO ACRE AO BRASIL: TRATADOS E LIMITES.

Amazônia

A Amazônia é uma imensa região natural, individualizada por elementos da natureza, como o clima, a vegetação, a hidrografia etc, que se estende por 6,5 milhões de quilômetros quadrados no norte da América do Sul.

É uma região internacional (Amazônia continental), também conhecida como Pan-Amazônia, pois ocupa parte do território de vários países: Brasil, Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Essa imensa área verde representa um terço da reserva mundial de florestas latifoliadas, com clima equatorial (quente e úmido) e rica hidrografia.

Nas regiões do Peru e da Bolívia, desenvolveu-se uma das grandes civilizações pré-colombianas, cujos membros eram denominados filhos do Sol ou incas.



Uma outra forma de regionalizar o Brasil, sem ser pela regionalização oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, é a regionalização em áreas geoeconômicas, ou complexos regionais, sendo eles: Amazônia, Nordeste e Centro-Sul.

O complexo regional da Amazônia é o maior territorialmente e simultaneamente o menos populoso dos três complexos. Este contraste se dá em função das vastas áreas de mata ainda preservadas na região, dificultando a ocupação pela população humana da área florestal a ser preservada.

Amazônia Legal

A Amazônia Legal é a porção localizada no território brasileiro, com quase 5 milhões de quilômetros quadrados (4.978.247 km²), uma superfície que abrange 58,4% da área total do Brasil. É a Amazônia Legal.

GEOGRAFIA DO ACRE



Foi estabelecida em 1966, pelo governo federal, com a criação da Sudam (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia). A Sudam foi criada com o objetivo de incentivar a indústria e a agropecuária, criar estradas, promover o povoamento etc.

A Amazônia Legal inclui todas as formações florestais da floresta equatorial (floresta de várzea e igapó, floresta de terra firme e floresta semi-úmida) e áreas de transição para a caatinga e o cerrado.

A Amazônia Legal é formada pelos estados da região Norte (Acre, Rondônia, Amazonas, Pará, Roraima, Amapá, Tocantins), pela porção ocidental do Maranhão e Mato Grosso.

Aspectos econômicos

A economia da Amazônia apresenta um papel intermediário na economia, sendo inclusive a que mais se desenvolvia no Brasil no ano de 2009 (segundo o IBGE), apesar das dificuldades de ocupação territorial e das grandes desigualdades dentro da região. Tem como um grande destaque econômico a Zona Franca de Manaus, que produz boa parte dos produtos eletroeletrônicos, dentre outros produtos que são consumidos no Brasil.

A Zona Franca de Manaus é controlada pela SUFRAMA, órgão do Governo Federal que foi criado junto com a própria Zona Franca, visando incentivar o desenvolvimento econômico na Amazônia Ocidental. A Zona Franca de Manaus foi criada em 1967, pelo decreto-lei nº 288/67, tendo três polos diferentes. O primeiro que é o polo comercial e foi o primeiro polo de grande relevância na mesma, especialmente antes da abertura econômica do Brasil, sendo o principal canal de importação e exportação de produtos para o mercado brasileiro até os anos 1980.

Na atualidade, com uma economia aberta ao mercado internacional, o polo que sustenta a Zona Franca de Manaus é o polo industrial, que conta com diversos tipos de reduções de impostos (e até isenções em alguns casos) para as indústrias que ali se instalem.

Há ainda o polo agropecuário, voltado principalmente para a agricultura de subsistência, com excedentes vendidos na própria cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas.

Por sua base ser a Região Norte (conforme a classificação do IBGE), ocupando todos os seus Estados (Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Pará e Tocantins) exceto

por uma pequena parte no sudeste do Tocantins, somando-se parte dos Estados do Mato Grosso e do Maranhão, o clima e demais fatores serão basicamente aqueles encontrados na região norte do Brasil. Sendo assim, é nítido o predomínio do clima equatorial e tendo como vegetação a floresta equatorial mais famosa do mundo, que é a floresta amazônica.

Mais para o extremo norte e extremo sul da região já há a mudança do clima para o tropical, no caso do extremo sul havendo a transição para a vegetação do Cerrado. No sentido Leste, adentrando o Estado do Maranhão há a presença da Mata de Cocais que é uma vegetação de transição entre a floresta amazônica e a caatinga do semiárido. A Mata de Cocais é uma região de grande diversidade de palmeiras, entre elas o açaí, a carnaúba e o babaçu, que são importantes fontes de renda para a região.

Fora da Zona Franca de Manaus, alguns destaques econômicos deste complexo regional são a produção de açaí, palmito (especialmente o do açazeiro), bem como a extração de outros insumos vegetais e também minerais (como a Bauxita no Estado do Pará, mineral usado para a produção do alumínio). Além disso, há um destaque para o ecoturismo na floresta amazônica.

Aspectos ambientais

Apesar das dificuldades para a ocupação humana de boa parte deste complexo regional, devido a densidade da floresta amazônica, temos nesta área uma importante reserva estratégica, não apenas pela diversidade de vegetal, animal e mineral que pode ser extraída da região, mas também pela importância ecológica da Amazônia para todo o mundo, bem como por suas fartas reservas de água e também a diversidade cultural que existe na região, inclusive com tribos indígenas pouco conhecidas habitando o coração da floresta.

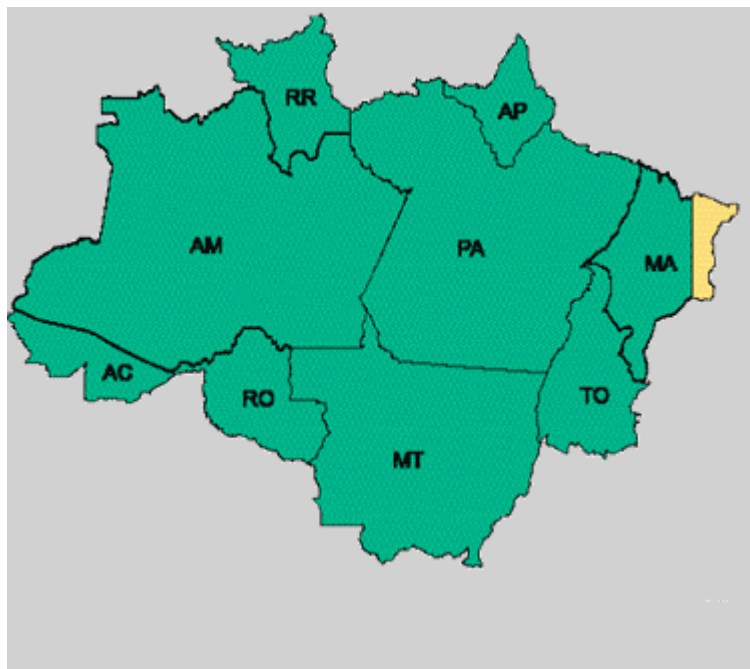
Entre os recursos hídricos, se destacam os grandes rios como o Rio Amazonas que nasce do encontro do Rio Negro e do Rio Solimões. O encontro do Rio Negro e do Rio Solimões é famoso por conta das águas que não se misturam devido a diferença nas densidades, fazendo com que o encontro de águas mantenha duas cores distintas de água correndo juntas. Os rios são abundantes na região, servindo como fonte de renda e como meio de transporte, sendo a navegação fluvial bem comum na área. Entretanto, apesar de ter até a famosa pororoca, ondas criadas no encontro das águas dos rios com as águas oceânicas, a região da Amazônia possui o menor litoral dentre as regiões brasileiras.

Toda esta diversidade tem estado ameaçada pelo desmatamento causado em função do avanço do agronegócio sobre a floresta, a grilagem de terras, a falta de um controle efetivo do governo federal sobre as fronteiras (servindo de rota para o crime organizado e para a biopirataria), dentre outros problemas que fazem com que o Brasil sofra duras críticas internacionais pelo descaso com a região que é considerada estratégica para todo o mundo.

GEOGRAFIA DO ACRE

Floresta amazônica

A floresta Amazônica possui aproximadamente 5,5 milhões de km², sendo que 60% no Brasil, e o restante (40%) na Colômbia, Equador, Bolívia, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. No Brasil, a floresta é chamada de Amazônia Legal e abrange os Estados do Amazonas, Amapá, Mato Grosso, oeste do Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima, Acre e Tocantins.



Mapa da Amazônia Legal

A floresta Amazônica é densa e fechada, o que dificulta a sua penetração e ocupação, higrófila (adaptada a grande umidade), perenifólia (apresenta folhas verdes nas copas durante o ano todo), e latifoliada (folhas grandes e largas).

Possui grande biodiversidade (variedade de espécies animais e vegetais).

Há milhões de anos, a área onde está localizada era um mar e, por isso, ela apresenta solos geologicamente pouco férteis e arenosos. A floresta derruba seus galhos, frutos, folhas, animais morrem, etc. formando uma camada superficial de matéria orgânica que se decompõe e transforma-se em húmus que, por sua vez, alimenta a vegetação.

Ciclo de carbono

Ela se auto sustenta, pois se mantém produzindo o seu próprio alimento e criando um ciclo de carbono relativamente fechado. Por isso quando é queimada ou desmatada e se desenvolve a agricultura durante alguns anos, em grandes áreas, a dinâmica da floresta é interrompida e os nutrientes depositados são consumidos.

É necessário muito tempo para ela se recuperar ou, pior, a floresta pode entrar em um processo de degradação com processos erosivos intensos.

O ciclo de oxigênio também é algo polêmico por que alguns autores chamam a

Amazônia de pulmão do mundo, querendo dizer que ela produz muito oxigênio para o planeta todo, o que não é verdade: apesar de produzir muito oxigênio, pelo processo da fotossíntese, este é consumido à noite e pela decomposição da matéria orgânica.

A Amazônia é muito importante para o ambiente do planeta pois ela fixa o carbono da atmosfera, através do crescimento das plantas e da fotossíntese, reduzindo, assim, o efeito estufa. Ela reduz a variação da temperatura junto ao Equador, atuando como um aparelho de ar condicionado, caso a floresta não existisse a grande variação diária de temperatura poderia provocar deslocamentos intensos de vento o que mudaria o clima terrestre.

Diversidade e complexidade

Também não podemos esquecer que ela abriga um grande número de povos indígenas, sem falar em sua riqueza de matéria prima variada (remédio, minerais, alimentos, etc). Em uma análise por satélite da Amazônia, foram identificados 104 sistemas de paisagens, o que revela uma alta diversidade e complexidade de ecossistemas.

A árvores da Amazônia variam entre 40 e 300 espécies diferentes por hectare. Das 250.000 espécies de plantas superiores da terra, 170.000 (68%) vivem exclusivamente nos trópicos, sendo 90.000 na América do Sul.

GEOGRAFIA DO ACRE

Podemos dividir a floresta Amazônica em três grandes grupos:

1) Florestas de Igapó: ocorrem em solos que permanecem alagados durante cerca de seis meses, em áreas próximas aos rios. As árvores podem atingir até 40 metros de altura e raramente perdem as folhas - geralmente largas para captar a maior quantidade possível de luz solar. Nas águas aparecem as folhas da vitória-régia - que chegam a ter 4 metros de diâmetro. Ocorrem associadas aos rios de água branca.

2) Florestas de Várzea: as árvores são de grande porte (até 40 metros de altura) e apresentam características semelhantes ao igapó - embora a várzea apresente maior número de espécies. Ocorrem associadas aos rios de água preta.

3) Florestas de Terra Firme: apresentam grande porte, variando entre 30 e 60 metros; o dossel é contínuo e bastante fechado, tornando o interior da mata bastante úmido e escuro. Esta formação está presente nas terras altas da Amazônia e mescla-se com outros tipos de associações locais, como os campos e os cerrados amazônicos.

Fontes:

<https://www.infoescola.com>

<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/amazonia-brasileira-biodiversidade-e-clima-da-floresta-amazonica.htm>

Apostila de Sétimo ano COC.Por: Renan Bardine

ACRE

O Acre é um dos menores Estados brasileiros e um dos mais isolados, por outro lado possui em seu território uma imensa riqueza natural. Diante da biodiversidade presente no Estado é importante compreender as características e as relações entre os elementos naturais, tais como relevo, clima, vegetação e hidrografia.

Relevo

A formação geológica e a estrutura geomorfológica do Acre:

Depressão Amazônica: refere-se a uma extensa superfície rebaixada. O relevo é composto por colinas e montanhas nas áreas próximas à fronteira com o Peru. As altitudes nas planícies atingem até 300 metros acima do nível do mar, já nas partes mais elevadas a altitude chega a 580 metros.

Planalto Rebaixado: significa desníveis nos platôs que se encontram paralelos à planície do rio Amazonas, a altitude nesse local não ultrapassa 250 metros.

Planície Amazônica: se constitui a partir de faixas que se estabelecem às margens dos principais rios do Estado, apresentam regiões alagadas, inundadas e uma grande concentração de lagos.

A partir dessas estruturas geomorfológicas são formados os principais tipos de relevo. São eles:

- Formas Erosivas – Áreas esculpidas pelo rio (erosão fluvial), com declividade em direção ao leito do rio.

- Formas de Acumulação – Correspondem às planícies fluviais, áreas que quase sempre se encontram alagadas.

- Formas de Dissecação – Esse é composto por colinas, cristas e interflúvios tabulares.

Clima

O clima que predomina no Acre é o amazônico equatorial, que corresponde a uma elevada temperatura e uma grande concentração de umidade, condições ideais para proliferação da biodiversidade.

Quanto à temperatura, essa pode variar entre 24,5°C e 32°C, nesse território há duas estações bem definidas, uma possui característica de grande incidência de precipitação, ou seja, estação chuvosa. Enquanto que a outra corresponde aos períodos de estiagem, ou estação seca.

A estação seca ocorre a partir do mês de maio até outubro, é nesse período que ocorre uma diminuição na temperatura, desencadeada pela influência de uma frente polar impulsionada por uma massa de ar polar atlântica.

A estação chuvosa desenvolve a partir de novembro e vai até abril, nesse período ocorre uma grande incidência de chuvas periódicas e abundantes. A umidade relativa do ar gira entorno de 80 e 90%, percentual elevado em relação aos outros lugares brasileiros, e os índices pluviométricos são de 1.600 a 2.750 mm ao ano.

Vegetação

A cobertura vegetal do Estado do Acre é composta basicamente por três tipos de regiões fitoecológicas:

- Domínio da Floresta Ombrófila Densa.
- Domínio da Floresta Ombrófila Aberta.
- Campinarana.

As principais tipologias florestais do Acre são:

- Floresta Aberta com bambu dominante, ocupa 9,4% de todo território acreano.
- Floresta Aberta com bambu e floresta aberta com palmeiras, abrange 26,2% do Estado.
- Floresta Aberta com palmeiras de áreas aluviais, representa 5,48% da área estadual.
- Floresta Aberta com palmeiras, ocupa 7,77% do Acre.
- Floresta Aberta com palmeiras e floresta densa, ocupa 12,12% da área.
- Floresta Densa e floresta aberta com palmeiras ocupam 7,2% da área estadual.
- Floresta Aberta com palmeiras e floresta aberta com bambu ocupa 21,02% da área.
- Floresta Aberta com bambu em áreas aluviais, ocupa 2,04% do território.
- Floresta Densa corresponde a 0,53% do território.
- Floresta com bambu e floresta densa, ocupa 0,36% da área estadual.
- Floresta densa submontana, corresponde a 0,47% do território acreano.
- Áreas desmatadas, corresponde a 7% da área total do Estado.

Hidrografia

A rede hidrográfica é um importante meio de transporte no Acre, uma vez que a maioria dos núcleos urbanos se encontra às margens de rios.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor - P2 - Educação Física

1. Abordagens pedagógicas dos conteúdos e competências de Educação Física de acordo com as Orientações Curriculares do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.	01
2. Histórico da Educação Física, Educação Física contemporânea, Educação Física atual (crítica e transformadora).....	10
3. Os aspectos específicos das atividades corporais.	14
4. Os mitos da Educação Física.	21
5. Corpo e a ludicidade.	23
6. Os conteúdos da Educação Física: Conhecimentos sobre o corpo; Esportes, jogos, lutas, ginásticas; Atividades rítmicas e expressivas (abordagem teórica e prática).	28
7. Aspectos do desenvolvimento humano, motor, cognitivo, social, afetivo.	32
8. Atividades rítmicas e expressivas, Danças (populares, folclóricas, contemporâneas).	36
9. Análise crítica do corpo na sociedade.	42
10. Educação e Trabalho.	50
11. Consciência corporal e o consumo corporal.	54
12. Educação Física no Ensino Fundamental: critérios de organização do conhecimento pedagógico, objetivos, conteúdos, metodologias de ensino, avaliação.	57
13. Educação Física no Ensino Médio: critérios de organização do conhecimento pedagógico, objetivos, conteúdos, metodologias de ensino, avaliação.	65
14. Legislação relativa à Educação Física: BRASIL (1988, 1996, 1997, 1998a, 1998b, 2006); ACRE (2004, 2010).	80
15. As dimensões dos conteúdos na Educação Física (conceitual, procedimental, atitudinal e factual).	82
16. Métodos criativos de ensino na Educação Física.	82
17. Temas transversais na Educação Física: Ética; Pluralidade cultural; Meio Ambiente; Trabalho e consumo; Orientação sexual; Saúde.	84
18. Avaliação em Educação Física: Por que avaliar? Como avaliar? O que avaliar? Quando avaliar?	92
19. Estratégia de leitura e escrita em Educação Física: Usos de estratégias para formação de alunos leitores e escritores em Educação Física: inferências, comparações, localização de informações explícitas, identificação da tese e do tema, distinção de um fato e da opinião relativa a este fato, estabelecimento de relação entre tese e argumentos, reconhecimento de posições distintas entre duas ou mais opiniões relativas ao mesmo fato, diferenciação das partes principais das secundárias de um texto, interpretação de textos com auxílio de material gráfico diverso.	106

**1. ABORDAGENS PEDAGÓGICAS DOS
CONTEÚDOS E COMPETÊNCIAS DE
EDUCAÇÃO FÍSICA DE ACORDO COM AS
ORIENTAÇÕES CURRICULARES DO ENSINO
FUNDAMENTAL E DO ENSINO MÉDIO.**

A partir da década de 80, influenciadas por discussões na área educacional e na tentativa de romper com o modelo hegemônico do esporte e de caráter alienante apregoado nas aulas de educação física, são elaborados os primeiros pressupostos teóricos num referencial crítico a esses modelos (T, 1998).

Entretanto faz-se necessária a apresentação, por coexistirem várias concepções pedagógicas na educação física escolar. Iremos nos deter as principais tendências que se opõem às concepções esportivista e biológica, ou seja, ao modelo mecanicista.

As quatro tendências pedagógicas que serão abordadas são: desenvolvimentista, construtivista-interacionista, crítico-superadora e sistêmica.

Além destas iremos ver uma tendência de caráter biológico, a chamada biológica-renovada.

As discussões sobre as abordagens pedagógicas são muito pertinentes à Educação Física, uma vez que, por meio dessas discussões é possível repensar a área e contribuir para que avanços aconteçam na Educação Física escolar.

Abordagem Desenvolvimentista

A abordagem desenvolvimentista tem em Tani seu principal defensor em seus trabalhos de 1987 e 1988 com colaboradores.

A obra mais representativa dessa abordagem é "Educação Física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista". Como destaca Daolio (2007) essa obra, foi publicada em 1988 por um coletivo de autores composto pelo próprio Go Tani, Edison de Jesus Manuel, Eduardo Kokubun e José Elias de Proença.

A abordagem desenvolvimentista para Tani *et al.* (1988) é uma proposta dirigida especificamente para crianças de quatro a quatorze anos que busca nos processos de aprendizagem e desenvolvimento uma fundamentação para a Educação Física escolar. É uma tentativa de caracterizar a progressão normal do crescimento físico, do desenvolvimento fisiológico, motor, cognitivo e afetivo-social, na aprendizagem motora e, em função destas características, sugerir aspectos ou elementos relevantes para a estruturação da Educação Física escolar.

As principais bases para os estudos dessa abordagem provêm dos trabalhos de Gallahue e Connolly, que apresentam um vasto estudo sobre os aspectos de desenvolvimento e aprendizagem motora da criança.

A abordagem desenvolvimentista tem a psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem como base teórica.

O principal objetivo é o oferecimento de experiências de movimentos adequadas ao nível de crescimento e desenvolvimento.

[...] a sua idéia central é oferecer a criança [...] oportunidade de experiências de movimento de modo a garantir o seu desenvolvimento normal, portanto, de modo a atender essa criança em suas necessidades de movimento [...] (BRACHT, 1999, p. 78).

Nessa abordagem é defendida a idéia de que o movimento é o principal meio e fim da Educação Física. Além disso, três aspectos relacionados ao conhecimento do crescimento, desenvolvimento e aprendizagem da criança são de suma importância.

[...] em primeiro lugar, o estabelecimento de objetivos, conteúdos e métodos de ensino coerentes com as características de cada criança; em segundo lugar, a observação e a avaliação mais apropriada dos comportamentos de cada indivíduo, permitindo um melhor acompanhamento das mudanças que ocorrem e, finalmente, a interpretação do real significado do movimento dentro do ciclo de vida do ser humano (TANI *et al.*, 1988, p.2).

Daolio (2007) corrobora destacando que nessa abordagem, a Educação Física escolar propicia à criança a aquisição de habilidades motoras básicas, a fim de que seja facilitada a ela a aprendizagem posterior das habilidades consideradas complexas. A definição dos conteúdos a serem desenvolvidos e das estratégias de ensino a serem utilizadas vai depender justamente dos indicadores oriundos dos processos biológicos de crescimento e desenvolvimento motor, uma vez que todas as crianças passam pelas mesmas fases de desenvolvimento, podendo haver variações na velocidade do processo.

Nesse sentido, Tani *et al.* (1988) diz que se existe uma sequência normal nos processos de crescimento, de desenvolvimento e de

aprendizagem motora, isto significa que as crianças necessitam ser orientadas de acordo com estas características, visto que, só assim, as suas reais necessidades e expectativas serão alcançadas. A não observância destas características conduz, frequentemente, ao estabelecimento de objetivos, métodos e conteúdos de ensino inapropriados.

Em consequência, queda de motivação e perda de interesse pela Educação Física.

Com isso, percebe-se que a Educação Física, como destaca Daolio (2007) trataria do estudo e da aplicação do movimento; as aulas de Educação Física deveriam propiciar condições para a aprendizagem de movimentos dentro de padrões sugeridos pelas fases determinadas biologicamente; os conteúdos de ensino seriam definidos com base nos conhecimentos sobre processos de crescimento, desenvolvimento e aprendizagem motora; haveria relação direta entre as fases normais do desenvolvimento infantil e as tarefas propostas às crianças.

A avaliação, nessa abordagem, dá-se por meio de observações, do processo de aprendizagem motora e estabelecimentos de padrões fundamentais do movimento.

Abordagem Construtivista

A abordagem construtivista, segundo Bracht (1999) exerceu grande influência na Educação Física brasileira nos anos 1970 e 1980.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor - P2 - Educação Física

Seu principal representante no Brasil é Freire com a obra "Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física", Publicada em 1989.

No entanto, Freire não considera seu trabalho totalmente construtivista (PALAFOX; NAZARI, 2008). Quem iniciou essa tendência no Brasil foi Emília Ferreiro, posteriormente Ana Teberosky, ambas seguidoras de Jean Piaget.

Essa abordagem recebe influências da área da psicologia, tendo Piaget como referencial teórico, especialmente com as obras "O nascimento da inteligência na criança" e "O possível e o necessário, fazer e compreender".

Na abordagem construtivista Freire dá ênfase ao desenvolvimento cognitivo e considera a cultural infantil como essencial, repleta de jogos e brincadeiras, dando prioridade ao lúdico e ao simbolismo (LAVOURA; BOTURA; DARIDO, 2006).

Por isso, faz críticas à forma como a escola trabalha com o corpo e o movimento das crianças. Para Freire, [...] a escola tradicionalmente tem desconsiderado a cultura infantil, rica em movimentos, jogos, brinquedos e fantasia e tem optado por deixar a criança imóvel, na expectativa de que ela aprenda conceitos teóricos de forma disciplinada, castrando sua liberdade e criatividade [...] (DAOLIO, 2007, p. 23).

Nessa abordagem o jogo como conteúdo/estratégia tem papel privilegiado. É considerado o principal modo de ensinar, é um instrumento pedagógico, um meio de ensino, pois enquanto joga ou brinca a criança aprende (DARIDO, 2001).

[...] é preciso entender que as habilidades motoras, desenvolvidas num contexto de jogo, de brinquedo, no universo da cultura infantil, de acordo com o conhecimento que a criança já possui, poderão se desenvolver sem a monotonia dos exercícios prescritos por alguns autores. Talvez não se tenha atentado para o fato de que jogos, como amarelinha, pegador, cantigas de roda, têm

exercido, ao longo da história, importante papel no desenvolvimento das crianças [...]. Aprender a trabalhar com esses brinquedos poderia garantir um bom desenvolvimento das habilidades motoras sem precisar impor às crianças uma linguagem corporal que lhes é estranha [...] (FREIRE, 1989, p. 24).

Com isso, é possível perceber que Freire (1989) propõe como tarefa da Educação Física o desenvolvimento de habilidades motoras, porém num contexto de brinquedo e de jogo, desenvolvidos a partir de um universo da cultura infantil que a criança possui.

Os conteúdos, na abordagem construtivista, devem ser desenvolvidos numa progressão pedagógica, numa ordem de habilidades, mais simples (habilidades básicas) para as mais complexas (específicas).

Ao propor uma educação de corpo inteiro, Freire, segundo Daolio (2007) propõe uma Educação Física que preserve a condição natural humana das crianças, estimulando suas habilidades motoras e seu desenvolvimento corporal e libertando-a do jugo do contrato social representada pela escola tradicional.

Freire (1989) critica as avaliações realizadas considerando apenas o aspecto motor, sugere avaliações que englobem outros aspectos, como por exemplo, o comportamento social, por meio de uma análise qualitativa, observando as relações entre as crianças e nas verbalizações entre elas e com o professor.

Abordagem Ensino Aberto

O ensino aberto tornou-se conhecido no Brasil por influência do Professor alemão Hildebrandt.

Esta proposta é tratada na obra "Concepções abertas no ensino da Educação Física" de Hildebrandt e Laging, publicada em 1986.

De acordo com Oliveira (1990) o ensino aberto baseia-se na teoria sociológica do interacionismo simbólico.

O interacionismo simbólico tem suas origens no trabalho de George Herbert Mead, porém esse termo (interacionismo simbólico) foi cunhado por Herbert Blumer, seguidor de Mead e sublinha o aspecto subjetivo do comportamento humano presente no grupo social e tem como princípio fundamental que pessoas, individual ou grupalmente, existem em ação libertadora (Paulo Freire).

Essa abordagem tem como objeto de estudo o movimento e suas relações sociais. No entanto, Hildebrandt, enfatiza a importância do movimento livre em detrimento ao movimento técnico.

[...] As possibilidades de vivência de movimento dos seres humanos no seu mundo são complexas e têm vários níveis. Contudo, o sistema do esporte reduz essas complexas possibilidades de movimento (HILDEBRANDT-STRAMANN, 2003, p. 67).

Hildebrandt-Stramann (2003) classifica uma aula de Educação Física, como fechada quando às definições de situação e as colocações de significados partem de uma forma unilateral do professor e quando nenhuma ou poucas possibilidades são oferecidas aos alunos de trazer suas próprias definições de situações.

O ensino aberto visa possibilitar ao aluno co-participar das decisões sobre objetivos, conteúdos e métodos de ensino das aulas e, portanto, do planejamento do ensino, visando recolocar a subjetividade do aluno no centro da reflexão didática.

Deve ter ficado claro que o processo de ensino dos alunos será subjetivado quando os conteúdos do ensino da Educação Física forem modificados para se tornarem adequados aos alunos, isto é, preparados de modo a ocupar os alunos produtivamente de acordo com seus interesses e necessidades [...] (HILDEBRANDT; LAGING, 1986, p. 29-30).

Para Bracht (1999) essa abordagem trabalha com a perspectiva de que a aula de Educação Física pode ser analisada em termos de um *continuum* que vai de uma concepção fechada a uma concepção aberta de ensino, e considerando que a concepção fechada inibe a formação de um sujeito autônomo e crítico, essa proposta indica a abertura das aulas no sentido de se conseguir a coparticipação dos alunos nas decisões didáticas que configuram as aulas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor - P2 - Educação Física

Uma concepção de ensino aberta baseia-se na ideia de propiciar ao aluno possibilidades de decidir junto, importando a proporção das possibilidades de co-decisão no “grau de abertura” do ensino de Educação Física [...] (HILDEBRANDT; LAGING, 1986, p. 11).

Numa concepção de ensino aberto, os alunos devem participar das decisões, a relação professor-aluno estabelece-se dentro de uma ação coparticipativa que se amplia de acordo com o amadurecimento e a responsabilidade assumida pelos integrantes do grupo.

As concepções de ensino são abertas quando os alunos participam das decisões em relação aos objetivos, conteúdos e âmbitos de transmissão ou dentro deste complexo de decisão. O grau de abertura depende do grau de possibilidade de co-decisão (HILDEBRANDT; LAGING, 1986, p. 15).

Esta abordagem, como sintetiza Oliveira (1990) desenvolve-se por meio de ações problematizadoras, enfatizando o conhecimento sobre as diversas possibilidades de movimento; as ações metodológicas são organizadas de forma a conduzir a um aumento no nível de complexidade dos temas tratados e realiza-se em uma ação participativa, na qual professor e alunos interagem na resolução de problemas e no estabelecimento de temas geradores; o ensino aberto exprime-se pela subjetividade dos participantes. Aqui entram as intenções do professor e os objetivos de ação dos alunos.

O ensino aberto, segundo Oliveira (1990) privilegia a avaliação do processo ensino-aprendizagem.

Abordagem crítico emancipatória

A abordagem críticoemancipatória tem como principal idealizador Elenor Kunz, com as obras “Educação Física: ensino & mudanças”, publicada em 1991 e “Transformação didático-pedagógica do esporte”, publicada em 1994.

Essa abordagem tem como base a teoria sociológica da ação comunicativa, idealizada por Jürgen Habermas, e a tendência educacional progressista crítica (LARA *et al.*, 2007).

A abordagem críticoemancipatória pretende o resgate da linguagem do movimento humano como forma de expressão do mundo social. Para tanto, busca articular uma prática do esporte condicionada a sua transformação didático-pedagógica, de tal modo que a educação contribua para a reflexão crítica e emancipatória das crianças e jovens. Pois, segundo Kunz é pelo questionamento crítico que se chega a compreender a estrutura autoritária dos processos institucionalizados da sociedade que formam as convicções, interesses e desejos.

Fica evidente que para essa compreensão do esporte os alunos devem ser instrumentalizados além de capacidades e conhecimentos que lhes possibilitam apenas praticar o esporte. Nesse sentido, é de mais alta importância, sem dúvida, a competência comunicativa que lhes possibilita a comunicação, não apenas sobre o mundo dos esportes, mas para todo o seu com o mundo social, político, econômico e cultural (KUNZ, 1994, p. 29-30).

Com isso, percebe-se que Kunz, como enfatiza Daolio (2007) faz uma discussão sobre o movimento humano, criticando a visão que o concebe apenas como fenômeno

físico que pode ser reconhecido e esclarecido de forma simples e objetiva, independente do próprio ser humano que o realiza.

Kunz coloca que esta abordagem na prática, precisa estar acompanhada de uma didática comunicativa, que se orienta pelo desenvolvimento de uma capacidade questionadora e argumentativa consciente do aluno sobre os assuntos abordados em aula.

Pois, essa abordagem pretende o resgate da linguagem do movimento humano, que é o objeto central do trabalho pedagógico da Educação Física escolar, como forma de expressão de entendimento do mundo social.

Além disso, Kunz (1994) destaca que o fenômeno social do esporte deve ter a capacidade de colocar o praticante na situação dos outros participantes no esporte; ser capaz de propiciar a visualização dos componentes sociais que influenciam todas as ações sócio-culturais no campo esportivo; além de poder desenvolver as competências da autonomia, interação social, bem como da competência objetiva.

Com isso, em vez de ensinar os esportes na Educação Física pelo simples desenvolvimento de habilidades e técnicas do esporte, deverão ser incluídos conteúdos de caráter teórico-prático que tornam o fenômeno esportivo transparente, permitindo aos alunos a melhor organização da realidade do esporte, dos movimentos e dos jogos de acordo com as suas possibilidades e necessidades; a interação solidária e social em princípios de co e autodeterminação; e se expressar como ser corporal no diálogo com o mundo.

Para Kunz, o movimento deve ser interpretado como um diálogo entre o ser humano e o mundo, uma vez que é pelo seu “se-movimentar” que ele percebe, interage com os outros, atua na sociedade.

O “se-movimentar” é, assim, interpretado como uma conduta humana, onde a Pessoa do “se-movimentar” não pode simplesmente ser vista de forma isolada e abstrata, mas inserida numa rede complexa de relações e significados para com o Mundo, que configura aquele “acontecimento relacional”, onde se dá o diálogo entre o Homem e o Mundo [...] (KUNZ, 1991, p. 174).

O conteúdo para o ensino dos esportes na Educação Física não pode ser apenas prático, deve ser também problematizado. Além das análises críticas do esporte, deve ser oferecida a oportunidade de tematizar o esporte de diferentes formas e perspectivas, através de programas ou cursos específicos.

Para tanto, conforme Darido (2001) o papel do professor na abordagem crítico-emancipatória confronta, num primeiro momento, o aluno com a realidade do ensino, o que denominou de transcendência de limites. Concretamente a forma de ensinar pela transparência de limites pressupõe três fases. Na primeira os alunos descobrem, pela própria experiência manipulativa as formas e meios para uma participação bem sucedida em atividades de movimentos e jogos. Devem também, manifestar pela linguagem ou representação cênica, o que experimentaram e o que aprenderam numa forma de exposição, e por último, os alunos devem aprender a perguntar e questionar sobre suas aprendizagens e descobertas, com a finalidade de entender o significado cultural da aprendizagem.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor - P2 - Educação Física

Uma concepção de ensino que se orienta nos pressupostos desta perspectiva estabelecida e que se explica na prática pela didática comunicativa, privilegia para esta interação e para a linguagem: o saber-fazer, o saber-pensar e o saber-sentir (KUNZ, 1994).

Outro princípio importante nessa abordagem é a noção de sujeito, que segundo Bracht (1999) é tomada numa perspectiva iluminista de sujeito capaz de crítica e de atuação autônomas, perspectiva esta influenciada pelos estudiosos da Escola de Frankfurt. A proposta aponta para a tematização dos elementos da cultura do movimento, de forma a desenvolver nos alunos a capacidade de analisar e agir criticamente nessa esfera.

Nesse sentido, Daolio (2007, p. 37) salienta que a abordagem crítico-emancipatória pressupõe, “[...] o envolvimento do ser humano como sujeito da ação sempre na sua intencionalidade, constituindo o sentido/significado do seu “semovimentar” [...]”.

Em suma, Kunz defende o ensino crítico e com sentido da emancipação do sujeito, sendo este um ser-no-mundo, e o movimento humano é o diálogo deste com o mundo, dando um sentido e um significado no seu “movimentar-se” (LAVOURA; BOTURA; DARIDO, 2006).

A avaliação nessa abordagem é vista como não punitiva, privilegiando-se a auto avaliação.

Aptidão Física

As ideias da concepção referente à aptidão física relacionadas à saúde estiveram presentes ao longo da história da educação física brasileira e, mais recentemente, são difundidas por autores como Nahas e Guedes. Essa concepção reabre a discussão sobre os conceitos de estilo de vida, com vistas a contribuir para a melhoria da saúde e da qualidade de vida da população. Assim, cumpre à educação física escolar criar, nos alunos, o prazer e o gosto pelo exercício e pelo desporto, que é redimensionado, ou seja, não basta que os alunos dominem técnicas ou regras, mas que saibam como realizar essas atividades com segurança e eficiência, o que tornam necessários os conhecimentos acerca da fisiologia, biomecânica, nutrição e anatomia. Dessa forma, os conteúdos da educação física escolar abrangem a saúde, frequência cardíaca, avaliação física, respiração, alimentação, lesões esportivas, entre outros.

Uma das mais contundentes críticas a esse discurso, segundo FERREIRA (2001), está no caráter individual de suas propostas, ou seja, apresenta o indivíduo como o problema e a mudança de estilo de vida como a solução. Mas o fato é que vivemos em uma sociedade dividida em classes sociais, na qual nem todas as pessoas têm condições econômicas para adotar um estilo de vida saudável. Assim, essa concepção deve ser questionada, na medida em que desconsidera a necessidade de luta por mudanças concorrentes no ambiente social e econômico.

Crítico-superadora

A abordagem crítico-superadora é retratada na obra “Metodologia do ensino de Educação Física”, publicada em 1992, por um grupo de pesquisadores tradicionalmente

denominados por coletivo de autores composto por Carmem Lúcia Soares, Celi Nelza Zülke Taffarel, Elizabeth Varjal, Lino Castellani Filho, Micheli Ortega Escobar e Valter Bracht.

A abordagem crítico-superadora baseia-se nos pressupostos da pedagogia histórico-crítica de Dermeval Saviani. É uma concepção propositiva, pois estabelece critérios para a sistematização dessa disciplina no âmbito da escola.

Soares *et al.* (1992) defende que uma proposta crítica de Educação Física, deve partir de uma análise das estruturas de poder e dominação constituídas em nossa sociedade.

Sociedade essa que pode ser entendida como sociedade de classes, onde o movimento social caracteriza-se pela luta entre as classes sociais a fim de afirmarem seus interesses.

[...] os interesses imediatos da classe trabalhadora, na qual se incluem as camadas populares, correspondem à sua necessidade de sobrevivência, à luta no cotidiano pelo direito ao emprego, enfim, às condições dignas de existência.

Os interesses imediatos da classe proprietária correspondem às suas necessidades de acumular riquezas, gerar mais renda, ampliar o consumo, o patrimônio etc. ainda com relação a essa classe, seus interesses históricos correspondem à sua necessidade de garantir o poder para manter a posição privilegiada que ocupa na sociedade e a qualidade de vida construída e conquistada a partir desse privilégio (SOARES *et al.*, 1992, p. 24).

Percebe-se então que os interesses das classes são diferentes e antagônicos. Com isso, há momentos em que se acirra o conflito, o que vem a provocar uma crise. É é dessa crise que emergem as pedagogias. Soares *et al.* (1992) destaca que uma pedagogia entra em crise quando suas explicações sobre a prática social já não mais convencem aos sujeitos das diferentes classes e não correspondem aos seus interesses. Diante disso, pode-se dizer que, a abordagem crítico-superadora trata-se de uma pedagogia emergente que busca responder determinados interesses de classe, neste caso, da classe trabalhadora.

A abordagem crítico-superadora tem inspiração no materialismo histórico-dialético de Karl Marx e compreende a Educação Física escolar como uma disciplina que trata pedagogicamente, de um tipo de conhecimento denominado cultura corporal, onde visa a aprendizagem da expressão corporal como linguagem.

[...] A expressão corporal é tomada como linguagem, conhecimento universal, um patrimônio cultural humano que deve ser transmitido aos alunos e por eles assimilado a fim de que possam compreender a realidade dentro de uma visão de totalidade, como algo dinâmico e carente de transformações (DAOLIO, 2007, p. 29).

Para Souza (1987 apud SOARES *et al.*, 1992) na abordagem crítico-superadora a reflexão pedagógica deve ser diagnóstica, porque remete a constatação e leitura dos dados da realidade; judicativa, porque explicita valores a partir de uma ética voltada para os interesses de uma classe social; e teleológica, porque aponta para uma direção clara de transformação da realidade.